

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – PPGEES**



**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE:  
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

**LARISSA DE MELO CARDOSO**

**SÃO CARLOS  
2025**

**LARISSA DE MELO CARDOSO**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE:  
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte do requisito parcial para qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

**SÃO CARLOS  
2025**

Cardoso, Larissa de Melo

Extensão universitária na perspectiva da acessibilidade:  
formação e atuação de profissionais da área da educação  
física / Larissa de Melo Cardoso -- 2025.  
108f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São  
Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Leonardo Santos Amâncio Cabral  
Banca Examinadora: Mey de Abreu van Munster, Inês  
Amanda Streit  
Bibliografia

1. Formação de professores de educação física. 2.  
Extensão universitária. 3. Acessibilidade. I. Cardoso,  
Larissa de Melo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Larissa de Melo Cardoso, realizada em 27/02/2025.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Mey de Abreu Van Munster (UFSCar)

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral (UFSCar)

Profa. Dra. Inês Amanda Streit (UFAM)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

***Dedico este trabalho aos meus pais, José  
Lázaro e Klycenelma Melo e,  
principalmente, à minha irmã Nayane Melo,  
por quem me inspiro a realizar meus  
sonhos e ser uma pessoa melhor.***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela força que me guiou desde a pequena vila do Samaúma, no interior do Amazonas, até aqui em São Carlos.

Minha eterna gratidão aos meus pais e à minha irmã. O apoio e o amor incondicional de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Enfrentar a distância de mais de 3000km não foi fácil, mas vocês lutaram ao meu lado, e agora também compartilho essa conquista com vocês.

Não há palavras para expressar minha gratidão a Vitor Porto e sua família, que me acolheram de braços abertos, mesmo sem me conhecerem. Obrigada de coração, vocês são a minha família em SP.

Agradeço à Profa. Dra. Minerva Amorim e a Profa. Dra. Kathya Lopes que foram peças fundamentais durante minha trajetória acadêmica, obrigada por acreditarem no meu potencial e por me incentivarem a sonhar alto.

Agradeço as grandes amigas que fiz na UFAM em 2017: Patricia Dineli e Jéssica Rojas. Sou grata a Deus por ter colocado vocês, e agora o Anthony Rafael, na minha vida. É muito confortante saber que sempre posso contar com vocês (Babado).

Também agradeço a Deus pelas amigas que fiz em São Carlos, Vânia Ferreira e Valéria Gomes, meu muito obrigada! Vocês fizeram tudo ficar mais leve. “Somos umas pelas outras. Só podemos brilhar em constelação”

Agradeço pelas amigas que construí nesta fase do mestrado: Beatriz Barone, Chaiane Wenzel e Beatriz Bispo. Obrigada pelos momentos de alegria e desespero compartilhados, pelos almoços no restaurante UTI, pelas conversas sérias e aleatórias, e pelas trocas de conhecimento que tornaram essa caminhada mais rica e significativa. Com certeza, quero levá-las para o resto da vida e para conhecerem minha terrinha também.

Sou grata a todos os meus amigos de Manaus, que sempre enviaram energias positivas para que eu não desistisse. Também agradeço a Raisa Seabra e Bianca Duarte que me ajudaram e deram suporte na reta final da dissertação.

Deixo meu agradecimento ao PPGEES, à coordenação, aos professores e aos funcionários, em especial a Eliane, que desempenharam um papel fundamental na minha formação. É uma honra imensa fazer parte de um programa de pós-graduação com tamanha qualidade e impacto social e científico.

Ao meu orientador, Professor Dr. Leonardo Cabral, expresso minha profunda gratidão. Suas orientações, sugestões e paciência foram essenciais ao longo desta jornada. Sou imensamente grata por acreditar na minha capacidade e por, mais uma vez, me oportunizar diversas experiências de aprendizado, compreensão, compromisso e competência. Sua habilidade em me tranquilizar nos momentos de desespero foi um pilar fundamental para que eu pudesse alcançar esta conquista.

À Profa. Dra. Mey de Abreu van Munster e à Profa. Dra. Inês Amanda Streit, minha gratidão pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições que enriqueceram este trabalho. Agradeço também à Profa. Dra. Ketilin Mayra Pedro e ao Prof. Dr. Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde por se disporem a atuar como professores suplentes.

Aos colegas do meu Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea), sou grata pelos compartilhamentos, discussões e debates enriquecedores, como também ao Núcleo de Estudos em Atividade Física Adaptada – NEAFA e ao Projeto Atividades Físicas Esportivas E De Lazer Adaptadas a Pessoas Com Deficiências – PROAFA por contribuírem na minha formação.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão aos participantes da minha pesquisa. Sem a colaboração e o empenho de cada um de vocês, este trabalho não teria sido possível. A disposição em compartilhar suas experiências e perspectivas foi essencial para a profundidade e a qualidade dos resultados obtidos. Agradeço imensamente por dedicarem seu tempo e contribuírem para a transformar ideias em descobertas significativas.

Com gratidão, reconheço também todos aqueles que, mesmo não citados individualmente, fizeram parte desta minha trajetória. Cada pessoa deixou uma marca

especial e contribuiu para o meu crescimento e desenvolvimento. Que a vida nos proporcione mais encontros memoráveis!

*Pra quem não sabia contar gotas*

*'Cê aprendeu a nadar [...]*

*Sem ponto, sem vírgula, sem meia, descalça*

*Descascou o medo pra caber coragem*

*Liniker*

## RESUMO

A pesquisa centra-se na extensão universitária, com ênfase na acessibilidade, e explora sua influência na formação e atuação de profissionais de Educação Física. O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a extensão universitária influencia na formação e atuação dos profissionais da área da educação física para atuarem na perspectiva da acessibilidade em contextos educacionais e desportivos. Os objetivos específicos foram: a) identificar elementos etnográficos que compõem o perfil dos membros do PROAMDE, as coordenadoras, discentes e egressos do curso de educação física; b) analisar, a partir do relato das coordenadoras, egressos e dos discentes, possíveis relações entre a participação no PROAMDE e suas respectivas atuações profissionais; c) desvelar como ocorre o PROAMDE na FEFF/UFAM. O método adotado foi o estudo de caso, do qual participaram oito discentes, 14 egressos do Curso de Educação Física e as coordenadoras. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, na modalidade online e presencial. Para análise das entrevistas e dos relatórios de gestão da Pró Reitoria de Extensão da UFAM utilizamos a análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa revelam que o PROAMDE exerce um papel fundamental na formação dos profissionais de Educação Física, proporcionando um espaço de aprendizado, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades específicas para a atuação com pessoas com deficiência. Diante dos resultados apresentados, podemos concluir que o PROAMDE é um programa de extensão universitária que além de contribuir para a formação de profissionais de Educação Física na perspectiva da acessibilidade, promove a interação entre a universidade e a sociedade, democratizando o acesso ao esporte e à atividade física para pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação Superior. Extensão Universitária. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Educação Física.

## ABSTRACT

The research focuses on university extension programs, with an emphasis on accessibility, and explores their influence on the training and professional practice of Physical Education professionals. The general objective of the study was to analyze how university extension programs influence the training and professional performance of Physical Education practitioners in promoting accessibility within educational and sports contexts. The specific objectives were: a) to identify ethnographic elements that characterize the profile of the members of the Motor Activities Program for Persons with Disabilities - PROAMDE, promoted by the Federal University of Amazonas - UFAM; b) to analyze, based on the accounts of coordinators, alumni, and students, possible relationships between participation in PROAMDE and their respective professional practices; and c) to uncover how PROAMDE is implemented within the Physical Education program at the School of Physical Education and Physiotherapy at UFAM. The adopted methodology was a case study, involving eight undergraduate students, fourteen alumni of the Physical Education program, and the program coordinators. Semi-structured interview protocols were used, conducted both online and in person. Content analysis was applied to the interviews and to the management reports from the UFAM Office of Extension. The findings reveal that PROAMDE plays a fundamental role in the training of Physical Education professionals, offering a learning environment that fosters knowledge expansion and the development of specific skills for working with individuals with disabilities. Based on the presented results, it can be concluded that PROAMDE is a university extension program that not only contributes to the training of Physical Education professionals from an accessibility perspective, but also promotes interaction between the university and society, democratizing access to sport and physical activity for persons with disabilities.

**Keywords:** Special Education. Higher Education. University Extension. Accessibility. People with Disabilities. Physical Education.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** *Perfil do público extensionista da UFAM*

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** *Dimensões da acessibilidade no campo da educação*

**Quadro 2** *Número de matrículas da educação especial por etapa de ensino (2019-2023)*

**Quadro 3** *Organização dos estudantes do PROAMDE/FEFF por turmas*

**Quadro 4** *Organização interna dos discentes do PROAMDE/FEFF*

**Quadro 5** *Informações sobre os discentes*

**Quadro 6** *Informações sobre os egressos*

**Quadro 7** *Informações sobre as coordenadoras*

**Quadro 8** *Recomendações de atividade física para pessoas com deficiência*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Adefa – Associação de Deficientes Físicos do Amazonas
- Ademe – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais
- AMA – Atividade Motora Adaptada
- Apae – Associação Pais Amigos Excepcionais
- AS – Projetos de Autossustentação Financeira
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- Cetam – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
- Consepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro
- CR – Fluxo Contínuo Custo Restrito
- Darpex – Departamentos de Articulação e Planejamento da Extensão
- Desdef – Desporto para deficientes
- DProex – Departamentos de Projetos e Programas de Extensão
- EFA – Educação Física Adaptada
- FEFF – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GP-Idea – Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade
- HUGV – Hospital Universitário Getúlio Vargas
- ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
- IES – Instituições de Ensino Superior
- Lacad – Ligas Acadêmicas
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Libras – Língua Brasileira de Sinais
- Neafa – Núcleo de Estudos em Atividade Física Adaptada
- ONGs – Organizações Não Governamentais

Pace – Programa Atividade Curricular de Extensão

Parec – Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos

Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

Pibex – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PROAFA – Projeto Atividades Físicas Esportivas e de Lazer Adaptadas a Pessoas Com Deficiências

PROAMDE – Programa de Atividades Motoras para Deficientes

ProExt – Pró-Reitoria de Extensão

SAAMA – Seminário Amazonense de Atividade Motora Adaptada

Seduc – Secretaria de Estado de Educação

Semed – Secretaria Municipal de Educação

SeTILS – Seção de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCR – Usuário de Cadeira de Rodas

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	14
<b>INTRODUÇÃO</b>	16
Objetivo Geral	19
Objetivos Específicos	19
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE</b>	21
<b>2. A FORMAÇÃO INICIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	25
<b>3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE</b>	34
<b>4. PROGRAMA DE ATIVIDADE MOTORA PARA DEFICIENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS<sup>41</sup></b>	
<b>5. MÉTODO</b>	49
5.1 Delineamento	49
5.2 Aspectos Éticos da Pesquisa	49
5.3 Participantes	49
5.3.1 Caracterização dos participantes	49
5.3.2 Cuidados com os participantes	52
5.4 Instrumentos para coleta dos dados	53
5.5 Procedimentos para coleta dos dados	53
5.6 Procedimentos para análise dos dados	54
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	56
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	75
<b>REFERÊNCIAS</b>	77
APÊNDICE A	83
APÊNDICE B	86
ANEXOS A	88

## APRESENTAÇÃO

Minha jornada começou em um pequeno vilarejo chamado Vila do Samaúma, no município de Careiro, interior do Amazonas. Foi ali, em uma escola simples, que completei minha educação básica. Naquela época, minha compreensão sobre o mundo acadêmico era limitada. Eu não tinha muita noção da diferença entre uma universidade pública e uma privada, mas o desejo de fazer uma graduação sempre presente. Quando tive a oportunidade, decidi participar da primeira etapa do processo seletivo contínuo da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. No entanto, por falta de informações, uma vez que o acesso à internet era muito difícil, não consegui completar as etapas seguintes.

Em meados de 2015, impulsionada pelo sonho de uma educação superior, mudei-me para Manaus. A cidade grande era um novo universo para mim, mas eu estava determinada a conquistar meu espaço. Iniciei um cursinho pré-vestibular e, apesar de ter chegado perto, não consegui a aprovação imediata que tanto almejava. Contudo, essa experiência não me desanimou. No ano seguinte, em 2016, tomei uma decisão que mudaria o rumo da minha vida: fui morar em Iranduba, outra cidade do interior do Amazonas, mas próxima a Manaus, onde poderia continuar minha preparação para o vestibular. Fui acolhida por minha prima, Francisca Melo, que me apoiou em cada passo dessa nova fase.

Com uma rotina de estudos e uma determinação renovada, finalmente passei no vestibular da UFAM. Em 2017, iniciei o curso de Educação Física, um marco importante em minha vida. Durante a acolhida dos calouros, fui apresentada a uma série de projetos de extensão que a universidade oferecia. Dentre todos, o PROAMDE capturou minha atenção de forma especial. Na primeira semana de faculdade, já fazia parte do PROAMDE, disposta a vivenciar tudo que ele tinha a oferecer.

Acredito que essa decisão foi crucial para o meu crescimento pessoal e profissional. Lembro-me das palavras de um professor durante a acolhida: "Vivam a Universidade". Esse conselho ecoou em mim, guiando minhas ações e escolhas desde então. Eu decidi viver a

universidade em sua plenitude, aproveitando cada oportunidade de aprendizado e crescimento.

No PROAMDE, encontrei meu verdadeiro lugar. Foi na Educação Física na perspectiva da acessibilidade que me senti realizada, e ali descobri uma paixão que guiaria minha trajetória acadêmica. Durante a graduação, realizei quatro iniciações científicas, todas voltadas para essa área, o que despertou em mim um profundo interesse pela pesquisa. A cada projeto, meu desejo de seguir a carreira acadêmica só aumentava, então fui trilhando o caminho para isso.

Foi dentro do PROAMDE que conheci a professora Mey e, posteriormente, o PPGEEs. Encantada com as possibilidades de aprofundar meus estudos e contribuir ainda mais para a área, decidi prestar o processo seletivo para o mestrado em 2022, logo após concluir a graduação. Pensava que seria apenas um teste, considerando que o programa é extremamente renomado, com conceito 7. Ainda assim, mantive um pensamento positivo.

No dia em que saiu o resultado, vi que havia sido aprovada, e meu orientador era quem eu havia sugerido, o professor Leonardo Cabral, integrando-me à Linha 3 do programa, focada na Produção Científica e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial. Essa escolha estava alinhada à minha vontade de investigar a extensão universitária e a formação de professores, temas que considero importantes para o desenvolvimento da educação e da acessibilidade.

Ao olhar para trás, vejo que cada decisão, cada esforço e cada desafio superado me trouxeram até aqui. Minha história não é apenas sobre conquistas acadêmicas, mas sobre crescimento, descobertas e, acima de tudo, sobre o desejo de fazer a diferença na vida das pessoas. E é com esse propósito que sigo em frente, vivendo a universidade, a pesquisa e a vida em sua plenitude.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito identificar, sistematizar e analisar elementos que constituem o Programa de Atividade Motora para Deficientes – PROAMDE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que atua na perspectiva da acessibilidade para pessoas com deficiência. Busca-se compreender a relação desse programa com a formação inicial em Educação Física, com a atuação profissional e a área da Educação Especial.

A UFAM, fundada em 1909, é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil. Com sede em Manaus, região Norte, possui cinco campi no estado, sendo Parintins o maior em termos de área e infraestrutura entre os campi do interior. Segundo o Relatório Geral (2023) a UFAM registrou 28.111 discentes de graduação matriculados em cursos presenciais, 1.046 em cursos à distância, 233 em cursos de licenciatura indígena e 842 em cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor.

Segundo Arnaiz-Sánchez *et al* (2023), a formação inicial de professores é de extrema importância, pois estabelece a base para o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais, prepara os educadores para atender às diversas especificidades dos estudantes, promove a qualidade da educação, fortalece a confiança e a identidade profissional e fomenta o compromisso com a aprendizagem contínua.

Os discentes estão no processo da formação inicial, que, segundo Libâneo *et Pimenta* (1999), deve estar estreitamente ligada aos contextos de trabalho, possibilitando pensar as disciplinas com base na prática. Essa perspectiva é reforçada por Saviani (2011), que defende a necessidade de uma formação que vá além do domínio de conteúdos específicos, com condições pedagógico-didáticas adequadas e foco na complexidade da tarefa pedagógica.

Gatti (2014) destaca que a formação inicial de professores desempenha um papel crucial na preparação de educadores para lidar com a diversidade em sala de aula, abrangendo diferentes estilos de aprendizagem, contextos culturais e sociais, e

especificidades. A partir dessa preparação podemos aumentar as chances de que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo a equidade e a inclusão. Além disso, a formação inicial contribui para o desenvolvimento da identidade profissional dos futuros professores, incentivando a reflexão sobre suas práticas, valores e ética, o que impacta positivamente a motivação e o compromisso com a profissão.

Adicionalmente, Gatti (2014) ressalta a importância da relação entre os saberes acadêmicos e as práticas educacionais na formação inicial. Essa articulação é de suma importância para que os professores possam aplicar as teorias no cotidiano da sala de aula, enfrentando os desafios e as realidades do ambiente escolar de forma mais eficaz.

Entretanto, Amorim (2021) explicita que é fundamental questionar a qualidade da formação inicial de professores ao nível superior. Embora a graduação seja um passo crucial, ela não garante, por si só, a superação de reprodução de conhecimentos e o desenvolvimento de competências para atuar de forma crítica e reflexiva na sala de aula e demais espaços da sociedade.

É preciso repensar a formação inicial dos professores, buscando uma maior integração entre os conhecimentos teóricos e as experiências práticas. Uma opção é por meio do tripé da Universidade, que se constitui do Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE de 2001, estabelecido pela Lei 10.172, a formação inicial em Universidades públicas no Brasil se fundamenta na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas funções são consideradas essenciais para a capacitação de profissionais no ensino superior, para a produção de pesquisas e inovações que respondam aos desafios contemporâneos, e para o estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

Integrar as ações extensionistas à grade curricular surge como uma promissora estratégia para superar as limitações da formação inicial tradicional, pois busca promover uma formação mais integral e contextualizada, que prepare os futuros profissionais para atuarem de forma crítica e reflexiva nos desafios da sociedade contemporânea.

Acredita-se que o PROAMDE oferece grandes oportunidades para que os discentes construam uma compreensão aprofundada da docência, ressignificando seus saberes e práticas pedagógicas. Essa experiência é particularmente valiosa no que se refere à construção da carreira docente voltada para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar e fora dele.

De acordo com o estudo de Hartwig *et al* (2022), os participantes dos projetos de extensão universitária relataram altos níveis de satisfação, atribuindo a qualidade percebida à organização e ao planejamento adequados, além de reconhecerem o cumprimento dos objetivos de atender às demandas da comunidade e promover a integração entre alunos e a realidade profissional. Destacaram a importância da diversidade nos grupos atendidos, incluindo pessoas com deficiência e idosos, o que enriquece a experiência e valoriza a inclusão social, e a continuidade de alguns projetos, evidenciando o engajamento e a motivação dos participantes em manterem-se ativos nessas iniciativas.

Julgamos importante o programa institucionalizado devido sua sustentabilidade, pois tem perspectiva de continuidade com o trabalho, além de ter autonomia de desenvolver outras atividades extensionistas. Enquanto Programa de Extensão, o PROAMDE sempre buscou contribuir amplamente para a sociedade, tanto no contexto interno da UFAM quanto no externo. O programa dedica suas ações a um público que, historicamente, é marginalizado na sociedade.

Do mesmo modo, a extensão universitária ao oferecer atividades físicas de forma gratuita, mostra que possui o potencial de democratizar o acesso ao esporte e à saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desse público. No entanto, a efetivação desse potencial depende da formação adequada dos profissionais da área da Educação Física, que devem estar preparados para atender às necessidades específicas de cada indivíduo e promover a acessibilidade de forma ética e responsável.

No estudo de Arnaiz-Sánchez *et al* (2023), os professores relatam sentir falta de habilidades cruciais para promover a inclusão, abrangendo desde a compreensão dos fundamentos da educação inclusiva e sua aplicação prática, até o domínio de estratégias de

ensino adaptadas e a capacidade de colaboração com outros profissionais, evidenciando uma lacuna na formação atual que não prepara adequadamente para a diversidade em sala de aula.

Hartwig *et al* (2022) destaca que a participação em projetos de extensão universitária proporciona aos estudantes de Educação Física o desenvolvimento de habilidades sociais cruciais para a atuação profissional, como trabalho em equipe, comunicação e empatia, além de promover a inclusão social e a acessibilidade, incentivando a criação de práticas inclusivas e socialmente responsáveis. Ademais, a extensão estimula a produção de conhecimento por meio da pesquisa e da reflexão crítica sobre a prática, beneficiando tanto os alunos quanto a comunidade e contribuindo para a formação de profissionais mais completos e conscientes.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o estudo sobre a relação entre programas de extensão universitária como o PROAMDE e a formação inicial de professores de Educação Física, bem como pelo potencial da extensão universitária em democratizar o acesso ao esporte e à saúde.

Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre a importância da extensão universitária como ferramenta para a transformação social e a promoção da inclusão, especialmente em uma região, onde as questões relacionadas à acessibilidade ainda são desafiadoras. Bem como, irá subsidiar possíveis reformulações do programa e de outros programas de extensão semelhantes, visando otimizar seus resultados e ampliar seu alcance.

Dessa forma, a pesquisa possui o seguinte questionamento: de que maneira as propostas de extensão universitária do Programa de Atividades Motoras para Deficientes – PROAMDE podem contribuir na formação dos profissionais de educação física para atuarem com pessoas com deficiência?

Para responder a questões de pesquisa, os seguintes objetivos foram propostos:

## **Objetivo Geral**

Analisar como a extensão universitária influencia na formação e atuação dos profissionais da área da educação física para atuarem na perspectiva da acessibilidade em contextos educacionais e desportivos.

## **Objetivos Específicos**

a) Identificar elementos etnográficos que compõem o perfil dos membros do PROAMDE, as coordenadoras, discentes e egressos do curso de Educação Física;

b) Analisar, a partir do relato das coordenadoras, egressos e dos discentes, possíveis relações entre a participação no PROAMDE e suas respectivas atuações profissionais;

c) Desvelar como ocorre o PROAMDE na FEF/ UFAM.

A fundamentação teórica da pesquisa foi dividida em quatro capítulos para garantir um embasamento consistente para o estudo em questão. No primeiro capítulo da pesquisa apresenta os conceitos fundamentais sobre acessibilidade e como ela se apresenta no âmbito da educação física.

Posteriormente, o segundo capítulo propõe analisar a formação inicial dos professores de Educação Física e os campos de atuação.

O terceiro capítulo explorou o papel da extensão universitária na formação de professores de Educação Física para atuarem na perspectiva da acessibilidade.

Por fim, o quarto capítulo aborda as diretrizes que regem a extensão universitária na UFAM e os dados de 2023, bem como a história e consolidação do PROAMDE como um programa de extensão institucionalizado.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

Este capítulo discute o que é acessibilidade, seu conceito e como podemos aplicá-la na Educação Física. A escolha da acessibilidade como foco da pesquisa ao invés do termo inclusão, se dá pelos desafios metodológicos para sua mensuração por ser subjetivo e está ligado à experiência individual.

O conceito de acessibilidade, conforme a ABNT 9050 (2015), consiste na possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência.

Quando é abordado o termo “acessibilidade” geralmente se é remetido ao conceito arquitetônico, porém existem outros tipos de acessibilidade, segundo a Organização das Nações Unidas (2006) sendo eles, a arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Quadro 1 - Dimensões da acessibilidade no campo da educação

<b>Dimensão</b>	<b>Descrição e Exemplos</b>	<b>Legislação de Referência</b>
Arquitetônica	Guias rebaixados, rampas, portas largas, elevadores, sinalização em alto contraste, mobiliário adequado, banheiros acessíveis.	Lei n.º 10.098/2000, Lei n.º 10.172/2001, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, Decreto n.º 5.296/2004
Comunicacional	Libras, braile, sorobã, materiais ampliados, recursos visuais, audiodescrição, legendas, intérpretes.	Resolução CNE/CEB n.º 2/2001
Metodológica	Adaptação curricular, diferentes estilos de aprendizagem, teoria das inteligências múltiplas, materiais didáticos diversificados.	Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, Constituição Federal
Instrumental	Adaptação de materiais escolares, livros em braile,	Lei n.º 9.045/1995, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001

	recursos tecnológicos, softwares específicos.	
Programática	Revisão de programas e normas para eliminar barreiras invisíveis.	-
Atitudinal	Sensibilização, conscientização, combate ao preconceito, formação de profissionais.	Resolução CNE/CEB n.º 2/2001

Fonte: Adaptado da Organização das Nações Unidas (2006)

O quadro 1 apresenta uma visão abrangente das diversas dimensões da acessibilidade no campo da educação, evidenciando a importância de garantir a acessibilização de todos os estudantes. Ao detalhar desde as adaptações físicas do espaço até a necessidade de uma mudança de postura atitudinal, o quadro nos convida a refletir sobre a construção de um ambiente educacional, onde todas as pessoas tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

O conceito de acessibilidade é pensado no sentido de planejar e/ou adequar condições que podem ser vivenciadas, observadas, implantadas, avaliadas e legisladas para as situações concretas da vida cotidiana.

E como podemos observar, existem vários tipos de acessibilidade e a implementação dessas medidas não apenas cumpre com as leis e normas vigentes, mas, sobretudo, promove a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Ebersold (2021) nos oferece uma análise aprofundada sobre as significâncias de acessibilidade, destacando nuances importantes dos termos relacionados, sendo eles:

**Acesso:** as pessoas com deficiência acessam as atividades de extensão? Têm o seu direito formal legitimado para acessar a instituição? (inscrição, matrícula)? São autorizados a acessarem os espaços previstos nessas atividades?

**Acessibilidade:** Os materiais utilizados nas atividades são acessíveis? São disponibilizados recursos como legendas, descrições de áudio, materiais em braille ou

tecnologia assistiva? Existem barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, tecnológicas, programáticas ou atitudinais?

Acessibilização: A linguagem utilizada nas instruções e no decorrer das atividades é inclusiva e respeitosa? Os profissionais estão preparados para atender às necessidades específicas dos participantes? O participante faz parte, de fato, da atividade? Tem poder de decisões? Tem o sentimento de existir? Se apropriou dos objetivos da atividade? As atividades fizeram qual sentido para o participante?

Um programa de extensão universitária que proporciona atividades físicas demonstra a aplicação desses conceitos quando é garantido o acesso às informações sobre o programa e são divulgadas em diversos canais. A acessibilidade é alcançada quando essas informações estão disponíveis em diferentes formatos (texto, áudio, vídeo) e os espaços são adaptados para receber uma pluralidade de pessoas. A acessibilização ocorre quando a linguagem utilizada nas instruções é objetiva e compreensível, e quando os profissionais envolvidos estão preparados para atender às necessidades específicas de cada participante, promovendo sua autonomia e participação ativa.

No âmbito educacional, importa observar as necessidades individuais e coletivas dos estudantes, prevendo-se inclusive a oferta de serviços e recursos que contemplem as particularidades de cada sujeito, promovendo sua participação com autonomia (Ebersold, 2020).

A adaptação dos espaços físicos é essencial, mas como já mencionado, não é o suficiente para assegurar a participação da pessoa com deficiência. Segundo Guerreiro (2012) a acessibilidade é garantida, principalmente, por meio da capacitação dos profissionais da educação para atender as demandas de cada aluno. Portanto, a formação dos professores é imprescindível para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso não só aos espaços, mas também ao conhecimento e às oportunidades de aprendizagem.

Diante do exposto, fica evidente que a acessibilidade é um direito constitucional e que deve ser garantido em todos os contextos. No que diz respeito ao âmbito da Educação

Física, a formação inicial dos profissionais emerge como um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. O próximo capítulo se dedicará à análise da formação inicial na área da Educação Física, explorando os campos de atuação.

## 2. A FORMAÇÃO INICIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

No Brasil, a formação inicial de professores de Educação Física é realizada por meio de cursos de graduação de nível superior, com habilitação em licenciatura ou bacharelado (Brasil, 2018a).

A Resolução n.º 6/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, estabelece que a formação do profissional da área deve se dar de forma articulada entre a formação inicial e continuada, visando o aprimoramento constante do graduando. Para tanto, o curso é estruturado em duas etapas: uma comum, com 1600 horas de formação geral em Educação Física, e outra específica, também com 1600 horas, na qual o aluno escolhe entre bacharelado e licenciatura a partir do 4º semestre. A formação para atendimento a pessoas com deficiência deve estar presente em ambas as etapas e modalidades (Brasil, 2018a).

Conforme os “Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física” (Brasil, 2018a), quando a pessoa profissional da Educação Física se titula como bacharel, ela poderá atuar em espaços que preveem prescrições e acompanhamentos, para populações de qualquer faixa etária, em atividades esportivas, desportivas, de lazer, de reabilitação, de condicionamento físico, saúde e estética.

Uma pessoa que se titula em “Licenciatura em Educação Física”, por sua vez, poderá atuar profissionalmente nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, em escolas públicas e privadas. Denominada como “Educação Física Escolar”, esse campo de atuação visa a favorecer a autonomia dos estudantes para monitorar as próprias atividades, regulando o esforço, traçando metas, conhecendo as potencialidades e limitações e sabendo distinguir situações de trabalho corporal que podem ser favoráveis ou prejudiciais (Brasil, 2018a). Dialogando com os objetivos da Educação Básica, a Educação Física Escolar prevê, direta ou indiretamente, o desenvolvimento no âmbito dos seguintes eixos: ética; saúde; meio ambiente; orientação sexual; pluralidade cultural; trabalho; e consumo.

Para ambos os perfis profissionais, com bacharel ou licenciatura em Educação Física, além de rigor científico, a conduta prevista deve ser propositiva, com ética e respeito em relação às diferenças subjetivas, provendo autonomia, criatividade, proatividade, liderança e coletividade.

Cumpre-se ressaltar que, em todas as áreas da Educação Física e respectivos campos de atuação, é previsto o reconhecimento das características, potencialidades e necessidades específicas de cada sujeito e do coletivo de modo a construir experiências motoras, cognitivas e sociais que possibilitem o desenvolvimento de todas as pessoas envolvidas.

Nos últimos anos, essa formação tem apresentado significativos avanços, especialmente no que tange aos aspectos legislativos e à normatização das diretrizes relacionadas à atuação com pessoas com deficiência.

#### **Formação em Educação Física e pessoas com deficiência: normativas e campos de atuação**

A legislação mais recente, relacionada às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (Brasil, 2018a), representa um avanço significativo na formação de licenciados e bacharéis em Educação Física para atuação com pessoas com deficiência. Essa legislação legitima, assim como as versões anteriores, a necessidade de incluir disciplinas que abordem as características, os aspectos metodológicos, e os processos de ensino e aprendizagem específicos das pessoas com deficiência.

No referido documento, “A formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura” (p. 2).

No bojo dessas duas perspectivas formativas, licenciatura e bacharelado, quando pensamos na interface entre Educação Especial e Educação Física, podemos destacar quatro áreas principais de atuação: Educação Física Escolar – EFE; Atividade Física Adaptada – AFA; Reabilitação; e Paradesporto.

Nessa perspectiva, dentre os diversos campos de atuação da Educação Física, destacamos três: 1) rede regular de ensino; 2) instituições filantrópicas; 3) terceiro setor (não-governamental e não-lucrativa). Sobre cada campo, serão apresentados alguns dados contextuais.

### **Campos de atuação:**

#### **Educação Física Escolar e Atividade Física Adaptada: Rede Regular de Ensino**

Estudos sobre formação de professores têm indicado dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar na inclusão, as políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular e a formação inicial de professores (Conceição *et* Krug, 2009; Fiorini *et* Manzini, 2014; Tavares, Santos *et* Freitas, 2016; Pacheco, Alves *et* Duarte, 2017; Greguol, Malagodi *et* Carrato, 2018; Lottermann *et al.*, 2019).

Na rede regular de ensino, há a constatação do gradual aumento no número de matrícula de pessoas com deficiências, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação na Educação Básica.

Quadro 2 – Número de matrículas da educação especial por etapa de ensino (2019-2023)

Ano	Etapa de ensino					
	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Profissional Con/sub	Educação de Jovens e Adultos
2019	1.250.967	107.955	885.761	126.029	4.784	126.438
2020	1.308.900	110.738	911.506	148.513	6.206	131.937
2021	1.350.921	114.758	928.359	173.935	6.019	127.850
2022	1.527.794	183.510	1.001.139	204.233	8.830	130.082
2023	1.771.430	284.847	1.114.230	223.258	13.859	135.236

Fonte: Notas estatísticas do Censo escolar (2023).

O quadro 2 apresenta um panorama crescente do número de matrículas da educação especial no Brasil entre 2019 e 2023, revelando um aumento significativo ao longo dos anos. Em 2019, o país registrava 1.250.967 matrículas, saltando para 1.771.430 em 2023. Esse crescimento de 41,60% das matrículas evidencia um avanço no acesso ao sistema educacional brasileiro, por parte dos estudantes com deficiência.

O Parecer n.º 9 de 2001 do Conselho Nacional de Educação (2001), que versou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ressalta que a formação dos professores é imprescindível para haver melhorias na educação básica, porém é algo bastante desafiador. Em vista disso, o documento destacou alguns desafios, são eles: a união entre teoria e prática; os futuros professores terem pleno conhecimento dos documentos normativos que regulamentam a educação; a realidade dos cursos de formação estarem distantes da realidade encontrada nas escolas; a necessidade que os futuros professores tenham uma formação que consiga atuar os diversos tipos de estudantes.

De acordo com Gatti (2014) os processos educativos são essenciais para haver desenvolvimento das capacidades humanas. Desse modo, a formação dos professores tem se mostrado como um grande desafio para as políticas educacionais. Sendo este um dos motivos do surgimento de mais discussões acerca dos que os dados do Censo da Educação Superior de 2021 irá refletir e como é necessário fortalecer a formação dos futuros profissionais da educação com a abordagem da acessibilidade.

No que se refere à educação especial e as demais licenciaturas, permite que os professores elaborem práticas e estratégias pedagógicas para atuar com os estudantes público-alvo da educação especial, com o intuito de potencializar o desenvolvimento desse público (Basilio *et Rangel*, 2022).

Existe uma urgência e uma importância em fomentar a discussão sobre a qualificação dos futuros professores para o trato com práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão (Dalla Déa *et al.*, 2013).

### **Educação Física e Atividade Física Adaptada: Instituições Filantrópicas**

Além disso, muitas dessas pessoas com deficiência no Brasil estão vinculadas parcial ou integralmente em instituições filantrópicas. Essas instituições oferecem uma variedade de serviços, como, terapias, reabilitação, educação especial, atividades de lazer e esportivas, que visam promover o desenvolvimento e a qualidade de vida dessas pessoas. É importante ressaltar que a decisão de frequentar uma instituição filantrópica é individual e

pode ser influenciada por diversos fatores, como a disponibilidade de recursos na comunidade, a gravidade da deficiência e a necessidade de cuidados especializados.

A luta pelos direitos e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil tem se fortalecido nas últimas décadas, impulsionada pela atuação de diversas Organizações Não Governamentais – ONGs que desempenham papel crucial nesse cenário. Essas entidades, que atuam em diferentes frentes, desde a assistência social e educacional até a promoção de atividades esportivas e de lazer, têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida.

O mapeamento e a divulgação das ONGs são ferramentas que facilitam o acesso da população aos serviços oferecidos. Nesse sentido, destacam-se iniciativas como o "Guia de ONGs para Pessoas com Deficiência – Cidade de São Paulo", organizado pelo Instituto Mara Gabrilli e disponibilizado pela Alavanca Social, que reúne informações sobre as principais organizações presentes na capital paulista, indicando sua área de atuação, público-alvo e contatos.

O "Prêmio Melhores ONGs", realizado pelo Instituto Doar e o Instituto O Mundo Que Queremos, é outra iniciativa importante que visa reconhecer e divulgar as ONGs que se destacam pela excelência em gestão, governança, sustentabilidade financeira e transparência. Em sua edição de 2024, o prêmio contemplou 100 organizações, sendo dez voltadas para pessoas com deficiência, evidenciando a relevância e o impacto positivo de suas ações.

Existem ONGs que se dedicam à promoção da saúde e reabilitação, como a Associação Mineira de Reabilitação, que oferece atendimento multidisciplinar a pessoas com deficiência física, neurológica e social, e o Centro Israelita de Apoio Multidisciplinar, que atua na área de reabilitação e inclusão.

O esporte e o lazer também são áreas de atuação importantes inseridas nas atividades de algumas. A AdaptSurf, por exemplo, oferece aulas de surfe adaptado para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão e o bem-estar por meio do esporte. O Instituto Novo Ser, por sua vez, desenvolve projetos como o "Praia Para Todos", que visa

tornar as praias acessíveis e promover atividades esportivas e de lazer para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Algumas ONGs se destacam pela atuação na área da educação, como o Instituto Jô Clemente, que oferece programas de educação especial e inclusiva, e a Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Estado de SP, fortalecendo a atuação dessas instituições.

Outra iniciativa é a plataforma Atados, que agrupa inúmeras organizações da sociedade civil, incluindo diversas ONGs, sendo aproximadamente 419 inscritos voltadas para pessoas com deficiência, como a APAE, uma das mais conhecidas e atuantes em todo o país.

A APAE configura-se como uma das principais ONGs dedicadas à promoção do bem-estar e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Fundada em 1954 no Rio de Janeiro, a APAE destaca-se por sua atuação abrangente, que engloba desde a oferta de oficinas artísticas, atividades esportivas e de lazer, até a realização de congressos, fóruns e eventos de conscientização sobre a deficiência.

Pioneira e consolidada, a iniciativa dessas famílias em fundar as APAEs e em expandir esse movimento pelo Brasil, deram origem ao que hoje conhecemos como movimento apaeano, com uma diversidade de ações que refletem o compromisso da organização em promover a inclusão social e o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência.

O movimento apaeano possui uma vasta rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras. Em 2022, a rede apaeana alcançou a marca de 23.035.726 atendimentos nas áreas de prevenção e saúde, educação, assistência social e inclusão no mercado de trabalho, beneficiando mais de 1,6 milhão de pessoas em mais de 2.255 unidades espalhadas por todo o Brasil. Uma força significativa na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

## **Educação Física e Atividade Física Adaptada: Terceiro Setor**

Segundo Santos e Freire (2006) o terceiro setor é constituído por organizações que não têm fins lucrativos e não estão vinculadas ao governo. É uma esfera da sociedade civil que atua de forma independente do Estado (primeiro setor) e do mercado privado (segundo setor). A principal função do terceiro setor é atender às demandas sociais emergentes e colaborar para a promoção do bem-estar social, muitas vezes focando em comunidades vulneráveis.

Características do Terceiro Setor:

1. Não-lucrativo: As organizações do terceiro setor não buscam lucro e reinvestem seus recursos em suas atividades sociais.
2. Independência: Operam de maneira autônoma, sem depender diretamente do governo, embora possam estabelecer parcerias.
3. Diversidade de formas jurídicas: Inclui ONGs, fundações, associações, movimentos sociais, entre outros.
4. Foco social: Visam resolver problemas sociais, promover direitos e acolher populações em situação de vulnerabilidade.

Um exemplo do terceiro setor é o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB que foi fundado no dia 9 de fevereiro de 1995, em sua primeira sede, em Niterói, no Rio de Janeiro. Atualmente, sua sede fica em São Paulo, o Centro de Treinamento Paralímpico foi inaugurado em maio de 2016 e serviu como sede da aclimatação brasileira para os Jogos do Rio 2016.

O CPB conta com 72 Centros de Referência Paralímpico – CRP distribuídos em 26 Unidades Federativas do Brasil, abrangendo a maioria do território nacional. Os CRP, frequentemente vinculados a universidades, desempenham um papel crucial na formação tanto de atletas quanto de profissionais da área.

Os CRPs fazem parte do Plano Estratégico do CPB, elaborado em 2017 e revisitado em 2021. A iniciativa visa a otimização de infraestruturas esportivas em todo o território nacional, com o propósito de fomentar o desenvolvimento de modalidades paralímpicas,

abrangendo desde a iniciação esportiva até o alto rendimento. A implementação dos CRPs reflete o compromisso do CPB em promover a inclusão e o desenvolvimento de atletas paralímpicos em todas as fases de suas carreiras.

Em 10 de julho de 2021, UFAM formalizou um acordo de colaboração com o CPB para a implementação de um CRP. A aula inaugural do CRP/AM, realizada em 29 de março de 2022, marcou o início das atividades, com a oferta de modalidades como atletismo, natação, halterofilismo e bocha.

O CRP/AM promove uma variedade de atividades e eventos, destacam-se o Festival Paralímpico, o Meeting Paralímpico, ações de extensão em parceria com a APAE, o Seminário de Modalidades Paralímpicas de Manaus, dentre outros. Essas iniciativas visam a promoção do esporte paralímpico, a formação de atletas e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

O CRP/AM conta com a participação de 198 alunos frequentes, o apoio de 4 professores e a colaboração de 3 estagiários curriculares, provenientes da FEFF/UFAM. A participação da comunidade acadêmica, através dos estagiários e professores, é fundamental para o desenvolvimento das atividades, proporcionando um ambiente de aprendizado e troca de experiências entre atletas, profissionais e estudantes.

Conforme declarações do coordenador do CRP/AM, na página do *Instagram*, observa-se uma transformação significativa na percepção social das pessoas com deficiência, transcendendo a visão tradicional de incapacidade. A iniciativa reconhece que as limitações decorrem, frequentemente, de ambientes não adaptados, e o esporte paralímpico emerge como um vetor para o desenvolvimento de potencialidades e a expansão de perspectivas de vida, tanto no contexto escolar quanto profissional. O CRP/AM busca promover a inclusão social e a autonomia das pessoas com deficiência por meio do esporte.

Segundo Pereira (2023) destaca que a gestão desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na consolidação do esporte paralímpico brasileiro, contribuindo significativamente para o reconhecimento do país como uma potência esportiva

Essas instituições contribuem para o desenvolvimento de paratletas de alto rendimento e para a formação de profissionais qualificados para atuar no paradesporto. Essa frente de atuação tem demonstrado um grande potencial. A Delegação Brasileira nos Jogos Paralímpicos de Paris em 2024, por exemplo, estabeleceu metas ambiciosas: quebrar recordes anteriores e alcançar uma posição histórica no quadro de medalhas. Para tanto, a maior delegação brasileira já enviada para jogos fora do país foi convocada, reunindo 255 atletas com deficiência e seus respectivos guias e assistentes.

O resultado foi surpreendente, alcançando o top 5 e quebrando o recorde anterior de medalhas, com um total de 89, sendo 25 de ouro. Considerando-se esses diferentes campos de atuação, é preciso repensar a formação inicial dos professores no âmbito das IES brasileiras, buscando uma maior integração entre os conhecimentos teóricos e as experiências práticas, por meio do que conhecemos como “o tripé da Universidade”: Ensino, Pesquisa e Extensão.

### 3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE

A Universidade é um ambiente dedicado à troca de saberes, visando à formação de indivíduos aptos para o mercado de trabalho e à promoção de cidadãos responsáveis e comprometidos com a comunidade. Nesse contexto, destaca-se o tripé da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que tem sido a estratégia adotada pelas universidades para atingir esses objetivos (Hartwig *et al.*, 2022).

De acordo com Santos (2010) e Gadotti (2017) a tríade ensino, pesquisa e extensão representa uma estratégia muito eficaz das universidades brasileiras, pois promove a integração dessas três grandes áreas de forma complementar, contribuindo tanto para a formação dos discentes quanto dos docentes. A extensão, em particular, estabelece o vínculo de comunicação entre a sociedade e a universidade, fortalecendo essa interação.

No que se refere ao processo histórico da extensão universitária, a universidade de Cambridge na Inglaterra, em meados do século XIX, foi precursora da ideia através da criação de um programa formal de “cursos de extensão” que por meio do corpo docente era difundido na sociedade, como diz Mirra (2009, p.77):

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham –a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiram todos os recantos do país. Quase simultaneamente, outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (p.77).

O conceito de extensão foi disseminado não só por todo o continente europeu, como também pelos Estados Unidos, responsável por criar a *American Society for The Extension of University Teaching*, que alavancou as atividades de extensão na Universidade de Chicago, em 1892 (Paula, 2013).

No Brasil, as atividades de extensão eram desenvolvidas como um recurso de suporte aos cursos de nível superior, tendo como base modelos de universidades europeias e, posteriormente, de universidades americanas.

Em 1911, na Universidade Popular, instituição antecessora da Universidade de São Paulo, foi aplicado o modelo de extensão das universidades europeias que visavam oferecer cursos a indivíduos externos ao âmbito universitário, de modo que a proposta não consistia em identificar e solucionar os problemas da sociedade (Nogueira, 2005).

Segundo o mesmo autor, em 1920 o modelo aplicado no país foi alterado, passando a se basear na ideia americana de extensão universitária, em que o ideal era prestar serviços para a comunidade, ultrapassando os muros da universidade.

Nesse sentido, compreende-se que a Extensão pode englobar inúmeras ações na universidade e, para entender o escopo dessas ações e o seu sentido de ser, faz-se necessário entender o que é a extensão, quais as suas finalidades e a sua importância para a universidade atualmente (Da Silva, 2020).

No decorrer da década de 1960 surgiram ações de compromissos com classes populares, com o intuito de conscientizá-las a respeito de seus direitos. Dessa forma, a extensão deixa de ser um mecanismo de suporte em uma proposta vinculada ao conceito de assistencialismo e passa a compreender a relação de interação entre a sociedade e os extensionistas (Gadotti, 2017).

De acordo com Freire (1977) nas propostas não assistenciais e não extensionistas de extensão universitária, a discussão avança com o conceito de expansão como troca de saberes. Trata-se de ressignificar o conceito de extensão, que passou a ser entendido como comunicação que permeia a problematização de como o conhecimento surge na prática.

Nessas perspectivas, o Primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em 1987, foi a ocasião em que o conceito de Extensão Universitária foi reformulado e aprovado um novo conceito coletivamente:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (p. 11).

Essa compreensão subsidiou, conforme apresentado, parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, ao prever que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos”, compreende-se que o princípio previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988 é valorizado, de modo que a extensão é contemplada em conjunto com a pesquisa para a possibilidade de obtenção de recursos monetários para sua elaboração e desenvolvimento (Brasil, 1996).

Assim, a concepção de relacionar o currículo com a extensão universitária envolveu PNE decenal que compreendeu o período de 2001 a 2010, indicou em suas metas que devem ser integralizados, obrigatoriamente, 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação em ações extensionistas.

Do mesmo modo, o PNE que abrange o período de 2014-2024, tendo em vista que a estratégia 7 indica como proposta para o cumprimento da meta 7.12, a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a

graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Para Magalhães *et* Marta (2020), a curricularização da extensão universitária tem causado uma revolução nas instituições da Educação Superior, ao promoverem inúmeras discussões sobre as ações a serem implantadas nas atividades de extensão, visando garantir que elas façam parte integral da formação acadêmica dos estudantes em diálogo com a sociedade.

O interesse acadêmico na participação de Extensão Universitária está relacionado com a curiosidade em vivenciar as possibilidades de atuação da área de formação (Silva, 2022), depreende-se que a participação na extensão se relaciona com as expectativas de colocar em prática o conhecimento adquirido de forma teórica.

Os programas de extensão abrangem a interação ensino-serviço-comunidade, promovendo a troca de conhecimento entre professores, acadêmicos e população, de modo que a formação dos acadêmicos contemple a relação universidade e sociedade. Dessa forma, o acadêmico que no decorrer da graduação vivenciar o tripé da universidade, além de possibilitar a formação continuada, tende a elevar sua formação como cidadão e profissional (Forproex, 2012).

E através dos programas de extensão é possível haver espaço para as pessoas com deficiência se desenvolverem de forma individual e na sociedade também. Além disso, segundo Silveira (2022) o programa de extensão para pessoas com deficiência fez com que os discentes se sentissem mais preparados, pois essa experiência, ainda na graduação, contribuiu para ampliar o conhecimento acerca desse público.

Assim como Silva *et al.* (2019), consideram que formação acadêmica é enriquecida através da extensão universitária, tendo em vista que, os assuntos abordados na teoria e, na prática, geralmente não são vistos nas disciplinas curriculares da graduação, oportunizando que os acadêmicos tenham acesso a experiências e vivências distintas, fundamentais tanto para os estudantes quanto para os beneficiários.

A universidade utiliza tradicionalmente o ensino e a pesquisa como base para a formação, essa centralização dificulta a relação de interação entre sociedade e universidade. A ideia de extensão compreende aspectos relacionados à interdisciplinaridade e interprofissionalidade vinculada ao tripé de ensino, pesquisa e extensão. A partir disso, a extensão universitária deve tentar romper a concepção tecnicista das universidades por meio de uma interação entre universidade e sociedade (Forproex, 2012).

Nozaki, Ferreira *et* Hunger (2015), mostram em seu estudo uma análise das implicações de um Projeto de Extensão na formação do licenciado e na sua atuação como professor(a) de Educação Física, desse modo, afirmam que:

Na formação inicial dos cursos de licenciatura em Educação Física, especialmente nas instituições públicas, a extensão universitária tem se evidenciado como um espaço crescente e diversificado de projetos e atividades que vem a cada dia incluindo um número maior de graduandos como bolsistas e/ou voluntários. (p. 230).

Santos, Rocha *et* Passaglio (2016) indicaram que a participação na Extensão Universitária demonstrou uma aproximação com o campo de trabalho, pois ela proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar situações reais de atuação profissional, aplicando os conhecimentos teóricos em contextos práticos.

A extensão universitária, como parte da formação acadêmica, permite ao aluno entrar em contato com a comunidade externa à universidade, conhecendo melhor a realidade que lhe cerca. Tal fato possibilita o conhecimento das demandas sociais, que amplia o campo de trabalho aonde irá se inserir (p. 26).

Para Araújo (2014), os projetos de extensão possuem grande influência na vida acadêmica, pois amplia a visão de mundo dos estudantes, desenvolve as práticas pedagógicas, e contribui para a formação de profissionais mais completos e qualificados:

Os projetos de extensão, como atividade acadêmica, carregam uma bagagem de elementos que contribuem para o processo adaptativo do futuro professor. Além da abrangência dos espaços onde são desenvolvidos, eles são contemplados com a

diversidade humana que o professor vai encontrar quando entrar no mercado de trabalho (Araújo, 2014, p. 61).

Projetos de extensão na universidade que atuam na perspectiva da acessibilidade tornam-se uma oportunidade de formar professores de Educação Física diferenciados com as qualidades que Ferreira (2006) destaca como necessárias em professores. Ou seja, a capacidade de compreender e praticar o acolhimento à diversidade, estando aberto a práticas inovadoras durante suas aulas.

#### **4. PROGRAMA DE ATIVIDADE MOTORA PARA DEFICIENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Em 04 de dezembro de 2023, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovou a curricularização da extensão na UFAM, sendo esta a Resolução Consepe 044/2023. A partir de 2024, ações de extensão universitária devem compor no mínimo 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação.

No que diz respeito aos programas de extensão desenvolvidos em âmbito estadual, que englobam o estado do Amazonas, a Política de Extensão da Universidade Federal do Amazonas está estruturada por meio da articulação de doze Diretrizes Conceituais, Institucionais e Políticas, conforme teor a seguir:

1. Institucionalização das Ações de Extensão;
2. Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas;
4. Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população;
5. Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico;
6. Incentivo ao debate permanente em torno da amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais;
7. Financiamento majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental e em caráter de complementaridade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não-governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais;
8. Avaliações das Ações de Extensão;
9. Programa Institucional de Bolsas de Extensão;
10. Programa de Difusão e Publicação das Ações Extensionistas;
11. Incentivo à Flexibilização Curricular;

## 12. Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações

Extensionistas.

Segundo o Relatório Geral da UFAM (2023) a Pró-Reitoria de Extensão – ProExt, por meio dos Departamentos de Projetos e Programas de Extensão – DProex e Articulação e Planejamento da Extensão – Darpex, aprovou e executou um total de 754 ações de extensão.

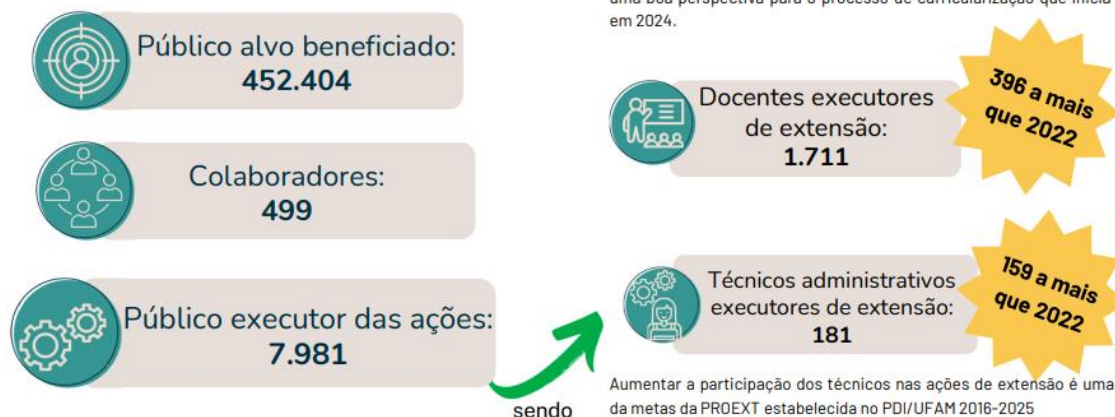
Para promover uma relação eficaz entre a universidade e a sociedade, a ProExt-UFAM atualmente executa suas ações de extensão em sete modalidades, sendo elas:

1. Programa Atividade Curricular de Extensão – Pace;
2. Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos – Parec;
3. Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex;
4. Ligas Acadêmicas – Lacad;
5. Projetos de Autossustentação Financeira – AS;
6. Fluxo Contínuo Custo Restrito – CR;
7. Programa de Extensão Institucionalizado.

A ProExt (2023) apresenta um panorama das ações de extensão realizadas em 2023, distribuídas por diferentes modalidades. Observa-se que o Programa de Apoio a Cursos de Extensão – Pace foi o mais ativo, com 407 ações realizadas e o mesmo número de bolsas distribuídas pelo ProExt. Em seguida, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex com 109 ações e 113 bolsas, e os Programas, com 46 ações e 161 bolsas distribuídas. As modalidades Ligas, Custo Restrito, Parec e Autossustentável também registraram ações, porém sem a distribuição de bolsas.

Figura 1: Perfil do público extensionista da UFAM

As ações de extensão da UFAM beneficiaram em 2023 um público de mais de **450.000 pessoas**. Abaixo, seguem os infográficos que demonstram o perfil do público beneficiado e executor das ações de extensão da UFAM:



Fonte: PROEXT (2023)

Nota de Acessibilidade – imagem com texto alternativo para a sua descrição: infográficos sobre as ações de extensão da UFAM em 2023. Informa que mais de 450 mil pessoas foram beneficiadas. Os dados indicam: 452.404 beneficiados, 499 colaboradores e 7.981 pessoas executoras das ações. Dessas, 6.089 são discentes (2.571 a mais que em 2022), 1.711 docentes (396 a mais que em 2022) e 181 técnicos administrativos (159 a mais que em 2022). Há uma seta indicando que esses grupos compõem o total de executores. É destacado que o aumento da participação dos técnicos é uma meta da PROEXT no PDI/UFAM 2016-2025. Fim da descrição.

As ações de extensão da UFAM alcançaram um público considerável, superior a 450 mil pessoas, envolvendo diretamente colaboradores, executores e um público diversificado. Com aumento de discentes, docentes e técnicos administrativos, comparado com o ano de 2022.

A unidade acadêmica do campus Manaus que mais realizou ações de extensão em 2023 foi a FEFF, totalizando 60 ações. Entre essas ações, destacam-se alguns programas de extensão institucionalizados que proporcionam qualidade de vida para a comunidade e capacitam acadêmicos e profissionais das áreas da saúde e educação para atuarem com públicos específicos.

Um exemplo marcante dessas ações é o PROAMDE que atua na perspectiva da acessibilidade. Vale ressaltar que o termo “acessibilidade” não se remete apenas ao

conceito arquitetônico, pois existem outros tipos de acessibilidade. Um dos tipos de acessibilidade é a atitudinal, que significa: atitudes ou comportamentos que possibilitem e favoreçam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Para conhecer com mais profundidade o PROAMDE, a seguir será apresentado um breve histórico, partindo das ideias de Amorim (2021), que trouxe na sua Tese de Doutorado a história do Programa. Além disso vamos utilizar a entrevista com a idealizadora do PROAMDE, para compreendermos a trajetória desde a criação até o momento atual.

O PROAMDE surgiu como resultado do encontro "Desporto e Deficiência", organizado pela Secretaria de Desporto da Presidência da República em fevereiro de 1992, em Campinas–SP. Conforme a Professora Doutora Kathya Augusta Tomé Lopes, duas diretrizes principais foram estabelecidas para os cursos de Educação Física: a inclusão da disciplina de Educação Física Adaptada – EFA, abordando diferentes deficiências e a prática de atividades físicas, e a criação de projetos de extensão universitária que favorecessem a prática de atividades físicas para pessoas com deficiências. Já que a primeira diretriz estava contemplada na FEF/UFAM, foi iniciada a criação do PROAMDE, que permanece ativo na instituição até os dias atuais.

Ao retornar a Manaus, a professora Kathya identificou que a primeira diretriz já estava incorporada na estrutura curricular do curso de Educação Física, que havia recentemente implantado uma disciplina voltada ao atendimento de pessoas com deficiência. Ela então dedicou-se à elaboração de um projeto que atendesse à segunda orientação do encontro, o qual foi denominado Desporto para Deficientes – Desdef.

O primeiro passo foi procurar a Associação de Deficientes Físicos do Amazonas – Adefa, para identificar pessoas com deficiência física cadastradas na associação. Com a ajuda de uma associada e de uma assistente social, a professora fez um levantamento dos usuários de cadeira de rodas - UCR e amputados cadastrados, realizando visitas domiciliares para convidá-los a participar das atividades esportivas do projeto.

Após os contatos iniciais, foram planejadas atividades esportivas, adquiridos materiais, e organizado o transporte dos participantes. Em 25 de junho de 1992, a professora apresentou o projeto em um encontro promovido pela Adefa, divulgando as atividades desenvolvidas. As primeiras atividades foram focadas no tênis de mesa, dada a familiaridade da professora com o esporte, mas, devido à falta de acessibilidade na FEEF, as atividades foram transferidas para a Adefa, com o apoio da direção da FEEF.

Apesar das atividades ocorrerem fora da universidade, a UFAM fornecia materiais, discentes e transporte para os UCR. Contudo, o projeto passou por modificações quando a professora Kathya se afastou para cursar pós-graduação, sendo inserida a natação para pessoas com deficiência intelectual, com participação de membros da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais – Ademe. O projeto, então, foi coordenado pela Professora Doutora Margareth Monteiro, que também se afastou posteriormente para a pós-graduação.

Quando as professoras retornaram em 1999, o projeto foi reformulado e passou a se chamar PROAMDE, com uma logomarca criada pelo professor Carlos Masashi, então bolsista do projeto. Naquela época, a FEEF já havia melhorado o acesso às suas instalações com a construção de uma passarela financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, permitindo que o PROAMDE fosse desenvolvido nas próprias instalações da FEEF.

O PROAMDE iniciou formalmente suas atividades como extensão universitária em 2000, ainda como um Projeto de Extensão. Naquela época, suas ações eram mais limitadas em comparação ao que se desenvolve atualmente. Somente em 2012, o projeto foi submetido à Câmara de Extensão e Interiorização da UFAM, para ser transformado em um Programa Institucionalizado. A submissão foi aprovada pela Resolução 011/2013, o que conferiu ao programa maior independência e autonomia para lidar com questões burocráticas essenciais à sua sobrevivência e manutenção. Além disso, a institucionalização ampliou o alcance das atividades do PROAMDE, permitindo que atendesse a um público maior e estabelecesse parcerias externas à UFAM.

O objetivo central do PROAMDE é promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência que participam do programa, auxiliando-as a se tornarem mais independentes e a se sentirem verdadeiramente incluídas na sociedade, apesar das limitações que possam enfrentar e formar profissionais capacitados para atuar na perspectiva da acessibilidade.

Ao longo do tempo, os membros do PROAMDE passaram a ser conhecidos como 'proamdeiros', desenvolvendo uma identidade e reconhecimento singulares dentro da FEEF. Essa designação reflete não apenas o envolvimento com o programa, mas também a construção de um senso de pertencimento e comunidade entre os membros.

O PROAMDE é estruturado em três polos distintos: o polo na FEEF, o polo no Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV e o polo no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ da UFAM, cada um com atividades específicas voltadas para diferentes fases dos participantes.

O ICSEZ, localizado no município de Parintins, abriga o terceiro polo do PROAMDE, fundado em abril de 2015. Atualmente, suas atividades são direcionadas às crianças entre 4 e 12 anos que possuem deficiência intelectual e/ou transtorno global do desenvolvimento. É importante destacar que o campus está distante da cidade e ainda não dispõe de transporte coletivo adequado para estudantes com deficiência física, o que restringe o acesso ao programa devido à dependência do transporte, uma vez que o meio de locomoção mais comum no município é a motocicleta. As atividades no ICSEZ ocorrem às terças e quintas-feiras, das 16h às 18h, e incluem, além de atividades físicas, intervenções assistidas por animais, com o apoio de acadêmicos dos cursos de Educação Física e Zootecnia.

No Polo HUGV, o trabalho é multidisciplinar, envolvendo áreas como neurocirurgia, ortopedia, assistência social, educação física, psicologia, nutrição, pedagogia e fisioterapia. As atividades são direcionadas a pacientes com sequelas de lesão medular, visando reduzir o tempo entre a aquisição da deficiência e o desenvolvimento de habilidades para lidar com a nova condição de vida, promovendo maior independência e qualidade de vida. O tratamento, geralmente, dura três meses, podendo ser estendido conforme necessário. As

atividades com os pacientes com lesão medular ocorrem às terças e quintas, das 8h30 às 11h40, e incluem modalidades como mobilidade, fortalecimento, transferência da cadeira de rodas e para a cadeira de rodas, manejo da cadeira de rodas, além de apoio psicológico e serviço social. Às sextas-feiras pela manhã, há atendimento para pacientes obesos, sem deficiência, que estão na pré-bariátrica, divididos em três momentos: dança, educação física e fisioterapia.

Após o período de recuperação, os pacientes podem ser encaminhados para o PROAMDE no polo FEF/UFAM, onde são inseridos nas turmas de acordo com suas deficiências e participam das atividades organizadas pelos discentes. Nessa fase, o trabalho assume uma conotação mais pedagógica e social do que clínica. Atividades essas voltadas, principalmente, para a prática de exercícios físicos, esportes, e atividades pedagógicas e culturais, sempre visando promover a autonomia dos participantes.

Especificamente no caso do pólo FEF, as atividades físicas adaptadas levam em consideração diversos fatores, como a faixa etária dos participantes e o tipo de deficiência, sendo os grupos organizados em turmas específicas.

Quadro 3 - Organização dos estudantes do PROAMDE/FEFF por turmas.

<b>Turmas</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Características</b>
A	2 a 6 anos	Transtorno Global do Desenvolvimento; Deficiência Intelectual e/ou Deficiência Física	Andantes
B	7 a 12 anos	Transtorno Global do Desenvolvimento; Deficiência Intelectual e/ou Deficiência Física	Andantes
C	13 a 18 anos	Transtorno Global do Desenvolvimento; Deficiência Intelectual e/ou Deficiência Física	Andantes
D	Infantil	Paralisia Cerebral	UCR
E	Acima de 18 anos	Transtorno Global do Desenvolvimento; Deficiência Intelectual, Deficiência Física, e/ou Deficiência Visual	Andantes
F	Acima de 18 anos	Transtorno Global do Desenvolvimento; Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiência Visual e/ou Surdez	Andantes
G	Acima de 18 anos	Síndromes neurológicas	UCR
H	Acima de 18 anos	Acidente Vascular Encefálico e Traumatismo Crânio-Encefálico	Andantes sem auxílio; Andantes com auxílio de órteses ou acompanhantes; UCR
I	Acima de 16 anos	Deficiência Física (Lesão medular, malformação congênita dos membros inferiores, amputação)	UCR
J	Até 16 anos	Deficiência Física (Lesão medular, malformação congênita dos membros inferiores, amputação)	UCR

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Anualmente, o PROAMDE inicia suas atividades com o período de inscrição para novos participantes com deficiência, conduzido presencialmente pelos proamdeiros. Bem como a organização dos materiais e equipamentos que são

utilizados nas aulas, além da participação em capacitações específicas, prezando pelo desenvolvimento profissional de seus membros.

As capacitações abrangem diversas áreas, incluindo manejo em cadeira de rodas, algumas modalidades como por exemplo a bocha, o método Halliwick (adaptação ao meio aquático), desenvolvimento de atividades motoras em quadra, elaboração de planos de aula, atendimento a participantes pré-bariátricos – pólo HUGV e aplicação de baterias de testes de avaliação.

Os três pólos seguem uma estrutura organizacional semelhante, oferecendo atividades para pessoas com deficiência duas vezes por semana. Os acadêmicos dispõem de um dia para realizar o planejamento pedagógico (incluindo plano de aula e organização da lista de frequência), participar de grupos de estudo, realizar reuniões pedagógicas, e organizar eventos, como o aniversário do PROAMDE, festas juninas e a festa de encerramento das atividades no final do ano, além de eventos científicos próprios do programa, como o Seminário Amazonense de Atividade Motora Adaptada – SAAMA, que ocorre a cada dois anos. O PROAMDE também conta com uma organização interna dos discentes por meio de vetores, conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 4 - Organização interna dos discentes do PROAMDE/FEFF

<b>Vetores</b>	<b>Atividades</b>
Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar os planos de aula e a lista de frequência</li> <li>• Programar e controlar confecção de relatórios de aluno (inicial, final e planos)</li> <li>• Programação do calendário de atividades anuais</li> </ul>
Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar pastas administrativas de estudantes e profissionais e arquivos permanentes</li> <li>• Controlar a frequência dos residentes e acadêmicos</li> <li>• Organização de arquivos permanentes (início e final da turma)</li> <li>• Guardar documentos nas pastas e relatórios finais</li> <li>• Participação em todas as reuniões e confecção das atas</li> <li>• Emissão de memorandos, ofícios, cautelas, declarações, atestados, avisos gerais e outros</li> </ul>
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programar e controlar grupo de estudo e pesquisa</li> <li>• Elaborar lista de eventos científicos</li> <li>• Verificar a atualização do currículo lattes</li> <li>• Planejar, pesquisar e executar projetos de iniciação científica e outras pesquisas</li> </ul>
Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programar e controlar grupo de estudo e pesquisa</li> </ul>
Patrimônio Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsável pelas estratégias adotadas nos dias de atendimentos para evitar eventuais acidentes</li> <li>• Organização da biblioteca</li> <li>• Manter a organização do ambiente</li> <li>• Controle e manutenção dos materiais</li> <li>• Limpeza dos materiais utilizados (incluindo a cadeira de rodas)</li> <li>• Catalogação dos materiais</li> <li>• Solicitar materiais permanentes das aulas</li> <li>• Limpeza do frigobar</li> <li>• Organizar o cronograma de quem irá buscar água</li> </ul>
Mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar a lista dos aniversariantes de cada mês</li> <li>• Administrar as redes sociais do programa (fotos dos eventos comemorativos)</li> <li>• Planejar eventos do PROAMDE</li> <li>• Processo seletivo dos acadêmicos</li> <li>• Organizar a recepção e o encerramento das turmas (fazer o vídeo)</li> <li>• Fazer Fotos dos atendimentos</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Destaca-se que há um ou dois discentes responsáveis por cada vetor, cuja função é organizar ações de forma colaborativa, com exceção do vetor de pesquisa, coordenado em conjunto com a vice coordenadora.

Além de suas atividades extensionistas, o PROAMDE tem um forte compromisso com a pesquisa científica. O programa já desenvolveu diversas iniciativas voltadas para a pesquisa acadêmica, incluindo trabalhos submetidos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, apresentações em congressos nacionais e internacionais, e a publicação de artigos em revistas científicas.

Em suma, o PROAMDE, ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um programa de extensão universitária de relevância ímpar, não apenas no âmbito da UFAM, mas também na comunidade amazonense. Seu compromisso com a pesquisa e a inovação, aliado à sua estrutura organizacional eficiente, garante a sustentabilidade e o impacto positivo de suas atividades, consolidando-o como um modelo a ser seguido na promoção da acessibilidade e impacto positivo na formação dos discentes.

## **5. MÉTODO**

### **5.1 Delineamento**

A pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, pois foi conduzida em um Programa de Extensão da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, permitindo uma compreensão abrangente e detalhada de uma situação real, além de proporcionar a descrição do contexto investigado (Gil, 2002).

### **5.2 Aspectos Éticos da Pesquisa**

Considerando que esta pesquisa envolve a participação de seres humanos, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, conforme a exigência da Resolução n.º 510/16 e suas complementares (Brasil, 2016).

Esta pesquisa recebeu a aprovação do comitê, conforme o parecer consubstanciado número 6.526.863 (Apêndice A), permitindo, assim, seu início. Junto aos participantes da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, devidamente assinado pelo pesquisador responsável e pelo orientador-acadêmico.

No documento, foram destacados o objetivo do estudo, sua relevância, os riscos e os benefícios envolvidos. Enfatizou-se, assim, a importância de os participantes assinarem o TCLE para efetivar sua participação na pesquisa. Somado a isso, também ressaltamos a importância de guardar uma cópia do TCLE endereçado em seus arquivos pessoais.

### **5.3 Participantes**

Foram convidados a participar da pesquisa os membros do PROAMDE, discentes e egressos do curso de Educação Física, bem como as coordenadoras, por meio do critério de amostragem intencional.

### 5.3.1 Caracterização dos participantes

Participaram da pesquisa 8 discentes, 14 egressos e 3 professoras do corpo docente da FEF/UFAM que fazem parte da coordenação do PROAMDE. Vale ressaltar que foram atribuídos nomes fictícios para os participantes.

Quadro 5 – Informações sobre os discentes

Nome	Idade	Ano que ingressou na UFAM	Turno que estuda	Tempo no PROAMDE
Daniela	32	2019	Noturno	1 ano e 6 meses
Kennedy	21	2022	Noturno	2 anos e 6 meses
Lorena	22	2020	Diurno	1 ano e 6 meses
Lucas	22	2022	Diurno	2 anos e 6 meses
Patrick	20	2022	Noturno	2 anos
Raimunda	25	2022	Noturno	2 anos e 6 meses
Rebeca	21	2022	Noturno	2 anos
Rodrigo	20	2022	Diurno	2 anos e 6 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Podemos observar, no quadro 5, que as idades dos discentes variam entre 20 e 32 anos. Seis participantes ingressaram na universidade no ano de 2022 no curso de licenciatura em educação física, sendo que cinco estudam no turno noturno, e seis discentes participam do PROAMDE há mais de dois anos.

Quadro 6 – Informações sobre os egressos

Nome	Idade	Tempo de formado	Turno/ Graduação	Titulação	Ano de titulação	Instituição	Área de concentração	Atuação atual	Tempo que atuou no PROAMDE
Ana	32	8 anos	Diurno	Mestrado	2018	UFV	Educação Física	SEMED/ SEDUC	4 anos
Aurora	43	21 anos	Diurno	Especialização	2008	Faculdade Martha Falcão	Educação Inclusiva	SEMED/ SEDUC	4 anos
				Mestrado	Em Andamento	Universidade de la Empresa	Educação		
Beatriz	32	7 anos	Matutino	Mestrado	2021	UFAM	Educação	SEMED	2 anos e 6 meses
Caio	42	19 anos	Diurno	Doutorado	2024	UFAM	Educação	SEMED/ SEDUC	24 anos
Eliane	43	21 anos	Noturno	Mestrado	2008	Universidade do Porto	Educação Física	SEMED	16 anos
Isabele	27	5 anos	Diurno	Mestrado	2024	UFAM	Ciência do Movimento Humano	SEMED	4 anos
Laura	28	7 anos	Diurno	Especialização	2024	Faculdade São Luís	Educação Inclusiva	SEDUC	4 anos
Maria	36	7 anos	Vespertino	Mestrado	2020	UFAM	Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia	IES Privada	4 anos
Marília	26	5 anos	Diurno	Mestrado	2024	UFAM	Educação	SEMED/ SEDUC	1 ano
Micael	39	15 anos	Diurno	Graduação	-	UFAM	-	SEDUC	7 anos
Paula	30	2 anos	Vespertino	Especialização	Em Andamento	UEA	Saúde Pública com ênfase na	Especialização UEA	10 anos

							estratégia saúde da família		
Ronaldo	27	4 anos	Diurno	Graduação	-	UFAM	-	Paracanoagem	4 anos
Solange	52	21 anos	Diurno	Mestrado	2018	UFAM	Educação	SEMED	16 anos
Vitor	45	15 anos	Diurno	Graduação	-	UFAM	-	SEMED	10 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O quadro 6 apresenta os perfis dos egressos que participaram do PROAMDE, destacando a diversidade nas formações obtidas após a graduação, que vão desde especializações até doutorados. Entre esses egressos, apenas três não possuem formação ao nível de pós-graduação. Além disso, o quadro mostra o tempo de participação no PROAMDE, refletindo o compromisso com a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, evidenciando possíveis influências nos aspectos formativos e sociais do programa.

Dos 14 participantes analisados, 12 realizaram sua graduação em Instituições de Educação Superior – IES públicas e 2 em IES privadas. No que diz respeito à área de formação, 6 realizaram a Licenciatura Plena em Educação Física, 6 a Licenciatura em Educação Física, e 2 o Bacharelado em Educação Física. Esses dados mostram uma predominância da formação em licenciatura e de instituições públicas.

A maioria dos profissionais, composta por 9 indivíduos, está empregada na Secretaria Municipal de Educação – Semed, enquanto 6 atuam na Secretaria de Estado de Educação – Seduc. É relevante destacar que 4 desses participantes trabalham simultaneamente em ambas as secretarias, evidenciando uma integração entre os níveis municipal e estadual da educação pública. Além disso, 1 profissional está vinculado à Especialização na Universidade do Estado do Amazonas – UEA e outro atua no núcleo de Paracanoagem que possui vínculo com a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e com o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, mostrando uma diversificação nas áreas de atuação. Podemos evidenciar que 1 participante trabalha em uma IES privada, sendo a única atuação fora do setor público, ou seja, a maioria dos participantes está no setor educacional público, com intersecções significativas entre os diferentes níveis de ensino.

Quadro 7 – Informações sobre as coordenadoras.

<b>Informações</b>	<b>Helen</b>	<b>Flávia</b>	<b>Marta</b>
Idade	51 anos	34 anos	59 anos
Área de formação	Licenciatura plena em educação física	Licenciatura em educação física	Licenciatura plena em educação física/ Bacharela em Psicologia
IES da Graduação	UFAM	UFSC	UFAM
Tempo de formada	21 anos	11 anos	38 anos/ 15 anos
Turno que estudou a Graduação	Diurno	Vespertino	Diurno
Titulação	Doutorado	Doutorado	Doutorado
Ano de titulação	2010	2021	1999
IES da Pós-Graduação	Universidade do Porto	UFRGS	USP
Área de Concentração/ CAPES	Ciências da Saúde/ Educação Física	Ciências da Saúde/ Educação Física	Ciências das Humanas/ Psicologia
Tempo de docência na UFAM	12 anos	2 anos	30 anos
Atuação no PROAMDE	Coordenadora	Vice Coordenadora	Fundadora/Ex Coordenadora
Tempo de atuação	12 anos	2 anos	17 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O quadro 7 apresenta informações sobre as coordenadoras do PROAMDE. As três participantes possuem formação em Educação Física em instituições de ensino superior públicas, com Marta também graduada em Psicologia. Marta aposentou-se em 2020 como professora titular da UFAM, após 29 anos de serviço. Flávia, a mais recente no quadro docente da UFAM, assumiu o cargo de vice coordenadora do programa ao ingressar na universidade. Atualmente, Helen é a coordenadora do PROAMDE.

### **5.3.2 Cuidados com os participantes**

Em relação aos cuidados dos participantes, realizamos um planejamento com natureza preventiva, envolvendo as situações:

- a) se a pesquisadora responsável perceber quaisquer riscos de algum dos participantes se sentirem desconfortáveis em relação ao conteúdo dos instrumentos, a coleta será, imediatamente, interrompida e;
  - i. o mesmo valeria se isso fosse externalizado para o pesquisador por um ou mais participantes.

Nesta pesquisa, tivemos o cuidado moral e ético com a acessibilidade, considerando a possível participação de pessoas com deficiências. Perguntamos aos participantes se eles tinham alguma deficiência. Em caso de afirmativa, nos disporíamos a compreender se o participante precisava de algum apoio referente à acessibilidade. Caso o participante utilizasse uma comunicação alternativa, nos prontificaríamos a planejar, junto a ele, possibilidades para que a coleta de dados fosse realizada de maneira equânime. No caso de o participante ser usuário da Língua Brasileira de Sinais – Libras, verificaríamos, via e-mail, se ele teria um intérprete a recomendar para a tradução e interpretação simultânea. Se sim, entraríamos em contato com o intérprete indicado; caso contrário, buscaríamos um

profissional da área por meio de serviços específicos, como a Seção de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa – SeTILS da Universidade. Nessas situações, entregaríamos um TCLE também ao tradutor-intérprete. Outras necessidades de acessibilidade também foram verificadas, garantindo cuidados para todos os participantes, para assegurar sua efetiva participação na pesquisa.

Cabe à pesquisadora conhecer a política de privacidade das ferramentas utilizadas quanto à coleta de informações pessoais e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a assegurar os aspectos éticos. Nessa direção, foi estritamente seguida a premissa da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (abrigoando os dados digitais em locais considerados seguros). Então, destacamos, enquanto benefícios aos participantes, o zelo aos dados pessoais de todos os participantes como um dos benefícios dessa pesquisa, priorizando total autonomia nas falas e nos relatos e, paralelamente, garantindo o sigilo de identidade de todos (Brasil, 2018b).

#### **5.4 Instrumentos para coleta dos dados**

Para atingir os objetivos desta presente pesquisa foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada que segundo Triviños (1987, p.152), “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” mantendo a presença do pesquisador essencial no processo de coleta de informações.

Coleta na modalidade online: ocorreu via *Google Meet*, visto que é uma ferramenta onde é possível gravar áudio e vídeo.

Coleta na modalidade presencial: utilizamos o gravador do celular para gravar as entrevistas.

Os participantes foram informados sobre a necessidade de que a entrevista fosse gravada antes de seu início.

### **5.5 Procedimentos para coleta dos dados**

Acessamos o *site* da Pró-Reitoria de Extensão – ProExt da UFAM e baixamos o relatório de gestão da UFAM e da ProExt do ano de 2023. Além disso, consultamos outras informações, como a política de extensão e a curricularização, as modalidades de extensão, a organização da ProExt e o catálogo das ações de extensão.

A pesquisadora entrou em contato com a coordenadora do PROAMDE por *e-mail* para explicar brevemente a pesquisa. Após a aceitação para participar, a pesquisadora agendou a entrevista presencial conforme a disponibilidade de horário e enviou por *e-mail* o TCLE para assinatura.

O primeiro contato foi com a coordenadora, a fim de compreender melhor o programa e sua atuação como coordenadora e obter a indicação dos demais participantes (discentes e egressos).

Após a coordenadora encaminhar os contatos dos discentes e egressos que atendiam aos critérios de inclusão, a pesquisadora iniciou a comunicação por meio de um aplicativo de mensagens. Aos que concordaram em participar, foi enviado o TCLE para assinatura. Com a devolução dos termos devidamente assinados, as entrevistas foram agendadas segundo a disponibilidade de cada participante.

As entrevistas presenciais foram realizadas na sala do PROAMDE/UFAM com os discentes e a coordenação, garantindo um ambiente privado, para assegurar o conforto e a confidencialidade dos participantes. Para registrar as entrevistas foi utilizado um aplicativo de celular e os arquivos foram armazenados em nuvem do *e-mail* institucional da pesquisadora.

Enquanto as entrevistas na modalidade online, realizadas com os egressos e a fundadora do Programa, utilizamos a plataforma *Google Meet*, que oferece recursos de gravação de vídeo e áudio.

Vale ressaltar que todas as entrevistas começaram com a pesquisadora fazendo perguntas sobre idade, formação inicial, titulação, atuações pós-formado e quanto tempo o participante atuou no PROAMDE.

### **5.6 Procedimentos para análise dos dados**

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, utilizando-se também da perspectiva da Análise Institucional. No processo de Análise de Conteúdo, as informações obtidas nas entrevistas com os participantes foram discutidas com as teorias presentes nas produções científicas identificadas por meio de um levantamento sistemático, realizado para delinear o problema investigado neste estudo, considerando os níveis mais relevantes para a temática abordada.

Segundo Silva *et Fossá* (2015) a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. Nesta pesquisa, essa técnica é utilizada para relacionar o conteúdo analisado com os dados coletados sobre a extensão universitária na formação de professores de educação física.

Para melhor exemplificar como ocorreu a análise de conteúdo, separamos em nas seguintes fases.

- Primeira Fase: Gravação do relato espontâneo do participante;
- Segunda Fase: Transcrição na íntegra das entrevistas, porém realizando a correção ortográfica para deixar a leitura fluida;

- Terceira Fase: Leitura flutuante dos depoimentos de cada um;
- Quarta Fase: Agrupamento dos temas (inicial, intermediário e final) a partir de conceitos norteadores que apresentassem semelhanças ou associações;
- Quinta Fase: inferência e interpretação com base na literatura escolhida.

Os relatórios foram analisados através da perspectiva teórica da Análise Institucional, conforme proposta por Gregorio F. Baremblytt, considerando que essa abordagem tem o potencial de revelar pistas que possam esclarecer variáveis relacionadas à elaboração de documentos institucionais. Segundo Felício *et Benelli* (2014, p. 26), “não se pode definir a Análise Institucional como um conjunto teórico uniforme, pois ela sofreu modificações e adições teórico-metodológicas nos muitos lugares em que foi difundida”. A Análise Institucional permite tanto a prática de análise quanto a promoção de mudanças, enquanto foca em problemas sociais concretos como seu objeto de estudo.

### **5.7 Fidedignidade dos Dados**

Para garantir a fidedignidade dos dados, utilizou-se a checagem por membros, proposta por Brantlinger *et al.* (2005), que consistiu em enviar as transcrições das entrevistas às coordenadoras para que pudessem analisá-las, podendo retirar ou acrescentar informações.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender as subjetividades nos processos formativos para a acessibilidade na área da Educação Física, apresentaremos as análises a partir de dois grandes agrupamentos de categorias, em que foram organizadas a partir das transcrições das entrevistas.

O primeiro foi relacionado a Extensão Universitária para profissionais da Educação Física: 1) Aspectos da formação acadêmica e inserção profissional; 2) Motivações para a Participação em Programas de Extensão; 3) Influências da Participação em um Programa de Extensão na Formação Acadêmica e na Trajetória Docente. O segundo grupo foi relacionado a Extensão Universitária para a comunidade: 1) Contribuições do PROAMDE para Pessoas com Deficiência.

### **Aspectos da formação acadêmica e inserção profissional**

O PROAMDE possui quatro pilares importantes para que seu funcionamento ocorra da melhor forma possível. Um deles é a gestão, com isso queremos compreender as motivações das participantes para assumir a coordenação do Programa de Extensão.

As categorias intermediárias refletem os diversos fatores que impulsionaram seu envolvimento, desde o desejo de contribuir para a comunidade até a busca pelo desenvolvimento profissional e pessoal. A análise desses aspectos oferece uma visão aprofundada das razões que levaram essas pessoas a se dedicarem a essa importante função.

O PROAMDE por muitos anos foi coordenado pela sua fundadora, porém houve um momento a necessidade de outra pessoa assumir a coordenação, então a fundadora fez o convite a Helen, pois Helen era bolsista desde o início e conhecia como funciona o programa.

Eu fui solicitada porque eu tinha toda essa parte da concepção do programa, desde quando ele nasceu, então ela não tinha dúvida que ele não ia morrer, não ia morrer

mesmo e não morreu. Até hoje, né? Vai fazer 25 anos e nós continuamos atuando.

(Entrevista Helen)

É possível perceber como foi importante a experiência que a Helen obteve durante a graduação para que ela pudesse ter habilidades para coordenar o programa, visto que isso inclui gerir os recursos humanos, os recursos financeiros, administrativos, dentre outros.

Mesmo com essa bagagem, a participante relata algumas preocupações em assumir a coordenação, mas que foi momentâneo, uma vez que eram situações que ela já havia vivenciado.

Eu fiquei com medo também, eu fiquei com receio, era outra realidade. Mas depois eu fui vendo que era aquilo que eu tinha aprendido lá atrás e eu só tinha que ensinar os acadêmicos. (Entrevista Helen)

Freire (2005) nos mostra que o ato de caminhar é um aprendizado em si; que só se aprende a trilhar um caminho ao percorrê-lo, revisando e ajustando o sonho que nos motiva a seguir em frente. Nesse sentido, a extensão se configura como um movimento deliberado de troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade.

Esse desenvolvimento resultou da combinação de competências adquiridas e do reconhecimento do seu desempenho e compromisso por parte da fundadora do programa. A fundadora, ao identificar o potencial de liderança da participante, viabilizou sua ascensão à coordenação, destacando a extensão como um espaço de aprendizado e valorização de futuras lideranças.

Desde 2022 o PROAMDE possui uma vice coordenadora. A Flávia expõe quais foram suas motivações para assumir este papel na coordenação, sendo eles a vontade de contribuir com a comunidade quanto para a formação profissional. A seguir, apresentamos um recorte de sua fala

Assumir, [...] tanto a ideia de poder oferecer uma atividade pra comunidade. Poder beneficiar pessoas com deficiência, público com qual trabalho e também poder contribuir na formação de outros professores de educação física que vão poder trabalhar seja em escola, seja em universidades, seja em contextos desportivos ou

de lazer, mas que vão ter essa base, esse conhecimento, assim como eu tive a oportunidade de receber enquanto eu estava no meu período de formação inicial.

(entrevista Flávia)

De acordo com Silva (2018) os projetos de extensão desempenham um papel fundamental na promoção da integração entre a universidade e a sociedade, sendo uma das funções essenciais da instituição. Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento em várias áreas, como social, cultural, científica, tecnológica e ambiental, abarcando uma variedade de ações distintas e complementares.

Está na coordenação de um programa institucionalizado e que proporciona atividades para a comunidade desde o ano 2000 é entender a dimensão do impacto que ele tem na carreira profissional de seus membros e na vida das pessoas com deficiências, bem como na vida de seus familiares também.

Dessa forma, destaca-se a importância de reforçar a formação docente, priorizando a extensão como um compromisso social fundamental. A extensão deve ser vista como um elemento integrador que enriquece as ações formativas dos futuros professores, promovendo uma articulação entre teoria e prática, e ampliando o impacto social da educação (Martins, Martins Filho *et* Souza, 2021).

Neste momento, será explorada a dinâmica de liderar a coordenação de um programa de extensão enquanto se conciliam as exigências da docência na universidade. O objetivo é entender como os coordenadores equilibram essas responsabilidades e quais competências são necessárias para cumprir com eficácia ambas as funções.

Com isso a Flávia expõe sua percepção sobre como é conciliar as atividades no contexto da Universidade estando na coordenação

É um conjunto de atividades que o professor assume. Então são as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, as atividades administrativas, mas acho que o mais bacana é isso, a gente poder articular todas essas atividades. Então ao mesmo tempo que eu estou lá realizando uma atividade de ensino em sala de aula, eu posso

fazer conexões com a extensão, quando eu estou na extensão eu não estou só na extensão, mas eu estou dentro da extensão já desenvolvendo alguma pesquisa.

(Entrevista Flávia)

A participante Marta também relata que

Coordenar um programa faz parte da nossa carga horária como docente. Então não posso dizer que tem um conflito, ou seja, eu optei dentro da minha estrutura, da minha carga horária, coordenar o programa de extensão. Então, ele não é um conflito, não é uma coisa à parte, ele está dentro das minhas atividades docentes.

(Entrevista Marta)

Ambas as participantes revelam que a coordenação está integrada à carga horária docente, sendo encarada como uma atividade inerente à função. As participantes também destacam a natureza multifacetada do trabalho acadêmico, que engloba ensino, pesquisa e extensão, e como essas atividades podem ser interligadas e enriquecedoras. A coordenação, portanto, não é vista como um conflito, mas sim como um componente da atuação docente que permite aos professores articular diferentes dimensões de sua formação em prol da comunidade acadêmica e externa.

Os cursos em Educação Física abrangem disciplinas teórico-práticas para compreender o ser humano em suas dimensões físicas, biológicas, sociais e culturais. Para garantir a eficácia dessas atividades, os cursos incentivam a participação em eventos acadêmicos, projetos de pesquisa e extensão, e a elaboração de atividades desportivas. Além disso, promovem a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso e outras atividades específicas, ajustadas às necessidades e características da realidade local (Brancatti, 2018).

Conforme as falas de Flávia e Marta, o curso de Educação Física também exige a participação ativa dos discentes no tripé universitário, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, além das disciplinas curriculares. Essa participação é fundamental para a

formação integral dos estudantes, preparando-os para atuarem como profissionais completos e engajados com a sociedade.

A gestão eficiente das demandas administrativas e docentes por parte das coordenadoras é otimizada pela prática da delegação e distribuição de responsabilidades. Desse modo, as coordenadoras têm o controle sobre suas atividades e direcionam o tempo para outras tarefas. No contexto do PROAMDE, a presença de dois professores cedidos da Semed, atuando na coordenação pedagógica, demonstra a importância da colaboração interinstitucional para o desenvolvimento do programa. Vale ressaltar que esses dois professores foram do PROAMDE quando ainda eram discentes da graduação.

Complementando a estratégia de delegação de tarefas, a sistematização de vetores, conforme abordado no quadro 2, configura-se como uma ferramenta eficaz na gestão do PROAMDE. Pois, ao delegar funções específicas aos discentes, a coordenação não apenas otimiza o fluxo de trabalho, mas também proporciona aos discentes a oportunidade de desenvolverem habilidades essenciais para sua formação profissional.

O estudo de Cardoso *et* Cabral (2024) mostram que a experiência vivenciada no PROAMDE durante a formação acadêmica teve um impacto significativo na visão de gestão do participante. Essa influência não se deu somente por estudar sobre as deficiências, mas também por conta da coordenação de atividades por meio dos vetores.

A fim de que a sistematização em questão realmente seja eficaz, se faz necessária a colaboração entre as coordenadoras, os discentes e os professores cedidos, com o objetivo de promover benefícios profissionais e garantir a qualidade do Programa de Extensão. Conforme destaca a participante Flávia.

O fato de ter uma equipe bem articulada, a professora Helen como coordenadora, a professora Solange como coordenadora pedagógica, os próprios acadêmicos e atualmente mestrandos e quem sabe daqui a pouco doutorandos. Então com todo esse grupo a gente consegue fazer com que o trabalho tenha mais qualidade e que cresça cada vez mais (Entrevista Flávia)

Podemos inferir que os resultados alcançados, por meio dessa colaboração, demonstram que a sistematização, para ser eficaz, depende do engajamento de todos os membros envolvidos. O sucesso do Programa de Extensão reside, portanto, na capacidade de manter e fortalecer essa rede de colaboração, que permite a troca de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de profissionais preparados para a carreira docente.

### **Motivações para a Participação em Programas de Extensão**

A presente categoria se dedica a explorar as motivações que levam discentes e egressos do curso de Educação Física a participarem do PROAMDE. Por meio das entrevistas, buscaremos compreender as diversas razões que os levam a se engajar nesse programa, que vai desde o desejo de se identificar com o público até por quererem horas complementares.

A área da Atividade Física Adaptada – AFA e o trabalho com pessoas com deficiência despertam um interesse crescente em profissionais e estudantes de Educação Física. Mas o que atrai esses indivíduos a essa área específica? Ao longo desta categoria, iremos explorar o que os motivaram a se engajarem na área da AFA.

Podemos destacar que o interesse em conhecer a temática foi o motivo da maioria dos participantes. Lucas, um dos participantes, descreve o momento em que conheceu o PROAMDE: 'nos foi apresentado vários programas de extensão e o PROAMDE foi o que mais me chamou atenção, pelo tanto de alunos que apareceu durante a apresentação por fotos, quanto pela área, então na mesma hora na minha cabeça “quero fazer parte, quero aprender sobre esse assunto” (Entrevista Lucas)’. Assim como Lucas, muitos outros participantes demonstraram interesse em conhecer a temática do programa, o que os motivou a se engajar nas atividades e a buscar mais conhecimento sobre a área.

Eu assisti à apresentação do PROAMDE e achei assim formidável e ia muito ao encontro do que eu esperava atuar [...] Então eu me encantei e já quis logo começar a participar do PROAMDE. (Entrevista Micael)

Atender as necessidades das pessoas com deficiência, as necessidades de atividade física pra eles e criar estratégias pra qualidade de vida deles. Além disso, se apropriar sobre o conceito de atividade motora adaptada. (Entrevista Isabele)

Segundo Lopes (2021), a interação com pessoas com deficiência ainda é vista como algo incomum por muitos, e a capacidade de realizar atividades, sendo uma pessoa com deficiência, é surpreendente para outros. No entanto, a fala dos participantes do programa de extensão revela uma perspectiva diferente.

Os participantes Lucas, Micael e Isabele, demonstram que a interação com pessoas com deficiência não foi vista como algo incomum ou surpreendente por eles, e que suas motivações para participar do PROAMDE foi o anseio de conhecer mais a AFA e não se limitaram a essa questão.

Outro motivo, também abordado, foi o fato de alguns participantes terem um familiar com deficiência, isso despertou o desejo de estudar sobre o assunto, bem como trabalhar com esse público. Como relata a participante Raimunda: “por motivo pessoal, por eu ter um irmão usuário de cadeira de rodas e eu querer trabalhar com esse público” (Entrevista Raimunda).

Além disso, a fala de Lorena revela que a experiência com familiares com deficiência também a fez escolher o Programa de Extensão:

Um dos motivos também foi por ter um primo com TDAH e TEA e a minha prima eu acho que tem deficiência intelectual e física, não sei direito porque a minha tia nunca falou direito. (Entrevista Lorena)

Ter uma pessoa com deficiência no âmbito familiar provoca diferentes respostas, como descreve Garcia (2008, p. 26) que “a resposta frente a uma situação inesperada difere muito entre as pessoas. Alguns se sentem desolados e desesperam-se, outros encontram forças para superar”.

No caso da Daniela, sua trajetória demonstra a importância de superar preconceitos e estigmas em relação à deficiência, e de promover a acessibilidade para todos. Pois, sua a experiência pessoal com a deficiência auditiva da mãe a fez sair de uma pessoa que

discrimina para quem foi buscar conhecimento e se engajou em iniciativas como o curso de Libras e o PROAMDE.

Eu quis participar do PROAMDE por causa da minha mãe que tem deficiência auditiva e por muitos anos ela sofreu porque as pessoas não tinham paciência em conversar com ela por conta da audição e uma dessas pessoas era eu que não tinha essa paciência, muitas vezes discriminava ela por causa disso. Aí fiz um curso de Libras no Cetam por causa dela também e aí o mundo se abriu quando entrei na UFAM e fiquei sabendo do PROAMDE e esse foi um dos motivos que me fizeram querer entrar pro PROAMDE. (Entrevista Daniela)

O estigma pode ser compreendido como uma marca social imposta a pessoas que apresentam características distintas daquelas consideradas "normais" pela sociedade. Nesse contexto, corpos com deficiência são frequentemente alvo de estigma e discriminação, sendo marginalizados pelas normas sociais que priorizam a experiência da não deficiência (Guimarães, 2010).

A acessibilidade atitudinal se manifesta no PROAMDE tanto nas capacitações dos discentes no início do ano quanto no cotidiano. As coordenadoras enfatizam a importância de não reduzir a pessoa a sua deficiência, promovendo uma perspectiva que a reconheça como um ser humano, integrado à sociedade e que possui potencialidades. Essa abordagem se reflete nas práticas diárias e é corroborada pelas falas dos participantes do programa:

Como a professora Helen sempre destaca. O PROAMDE traz como mensagem focar na potencialidade dos alunos e não no que eles não conseguem fazer. E eu acho que é o principal diferencial pra cativar esses alunos pra eles realmente conseguirem perceber que existem espaços e profissionais estão se capacitando pra recebê-los. (Entrevista Maria)

Então, a nossa filosofia é proporcionar o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência e principalmente descobrir as suas potencialidades que às vezes elas mesmo não sabiam que tinham. (Entrevista Helen)

Ademais, essa marginalização se manifesta também no contexto educacional, onde pessoas com deficiência podem enfrentar diversas barreiras e preconceitos. Como relata Rebeca: “Eu acho que aqui [PROAMDE] eles se sentem confortáveis pra poder participar das aulas. Porque às vezes na escola tem muito preconceito de 'ah ele tem uma deficiência, ele tá limitado de fazer algumas coisas'. Aqui a gente trabalha com possibilidades”.

Vivenciar esse cenário gerou insatisfação no participante Kenedy e ao ingressar na faculdade decidiu ser um professor que proporciona acessibilidade para seus estudantes, conforme seu relato:

Quando eu era estudante tanto do ensino médio, quanto do fundamental, eu via que os professores, não só de educação física, deixavam de lado os alunos com deficiência, parecia que eles não participavam da aula diretamente. Aí quando eu entrei na faculdade pensei em não ser esse professor. (Entrevista Kenedy)

Essa fala ilustra como a vivência de situações de exclusão e discriminação na escola despertou o desejo de contribuir com a educação de forma positiva e, para isso, buscou enriquecer sua formação inicial por meio de um programa de extensão que atua na perspectiva da acessibilidade.

Dessa forma, podemos observar o importante papel que o PROAMDE assume na formação de futuros professores de educação física. Ao proporcionar aos participantes a oportunidade de vivenciar experiências significativas no que tange a acessibilidade e a deficiência, o programa contribui para a construção de um olhar mais holístico e engajado em relação a esse público.

As falas dos participantes revelam que o PROAMDE é um espaço de aprendizado e de transformação, onde os membros têm a oportunidade de superar preconceitos, desenvolver novas habilidades e se engajar na área da AFA. Ao formar profissionais com

base no tripé da universidade, o PROAMDE contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa.

### **Influências da Participação em um Programa de Extensão na Formação Acadêmica e na Trajetória Docente**

A presente categoria busca analisar como a participação no PROAMDE impacta a formação acadêmica e a trajetória docente de seus membros. Através das entrevistas, exploraremos as diversas formas pelas quais o programa influencia o desenvolvimento profissional dos participantes, desde a aquisição de práticas pedagógicas, conhecimentos e habilidades acerca da AFA e aspectos relacionados à pesquisa científica e carreira acadêmica, bem como a obtenção de uma perspectiva holística e humanizada.

A formação de um docente competente transcende o domínio do conteúdo. Envolve o desenvolvimento de várias habilidades importantes para a sua prática pedagógica, como o planejamento de aulas, a aplicação de estratégias didáticas e a capacidade de adaptar atividades às especificidades dos estudantes. A postura do professor, a clareza na explicação e a habilidade em criar um ambiente de aprendizado acolhedor também são cruciais.

Nesse sentido, programas de extensão como o PROAMDE desempenham um papel fundamental, proporcionando aos participantes a oportunidade de vivenciar situações reais de ensino e aprimorar suas competências docentes ainda na sua formação inicial. A seguir a fala do participante Patrick

Na turma C eu aprendi muito porque eu não tinha noção nenhuma de dar aula, eu era muito preso (tímido) e através do projeto eu consegui dar as aulas, criar as aulas, me soltar um pouco mais, conseguir explicar pros alunos e tinha que explicar bem certinho [...] decorrer do ano eu fui adquirindo essa habilidade de planejar as aulas, adaptar a aula, por exemplo: montei uma aula e percebi que deu errado, bora adaptar aqui na hora. (Entrevista Patrick)

Outra participante que corrobora é a Rebeca que fala o seguinte:

Aprender a adaptar uma aula, construir planos de aula, saber o que trabalhar, no que a gente quer melhorar nos nossos alunos. Na parte da comunicação também, quando eu entrei aqui, eu era muito tímida, muito retraída e não conseguia falar tanto em público. Hoje eu tenho muita facilidade em aplicar uma aula, em explicar uma aula e até mesmo se a aula que eu planejei der errado tanto aqui no projeto ou quando eu tiver aplicando em outro canto eu sei como adaptar ela para os meus alunos. (Entrevista Rebeca)

Vale ressaltar que o PROAMDE também influenciou na construção da identidade profissional de seus membros, foi o lugar em que aprenderam a exercer o papel de professor, como podemos observar no relato do Patrick e da Rebeca que programa de extensão fez com que superassem a timidez e aprimorassem suas habilidades sociais, característica bastante importante para a profissão.

A elaboração de um plano de aula não se resume a seguir um roteiro pré-definido, como se fosse uma receita pronta. Mesmo com o conhecimento do grupo de estudantes, é comum surgirem necessidades de adaptação inesperadas durante a aplicação da proposta. A verdadeira competência profissional reside na capacidade de lidar com essas demandas (Lopes, 2021).

É pré-requisito para um profissional da área da educação saber planejar os conteúdos, os planos de aula, e a universidade é lugar que devemos adquirir essa habilidade, como relata a Eliane: “o planejamento que eu tenho hoje na escola eu aprendi muito com o PROAMDE”. Ela deu ênfase que o programa de extensão foi crucial nesse quesito. Porém, não é somente saber planejar as aulas.

De acordo com Lopes (2021) na internet, é possível encontrar uma variedade de planos de aula, abrangendo diversas modalidades como jogos, brincadeiras e esportes. Alguns desses materiais se intitulam inclusivos ou são especificamente elaborados para pessoas com deficiência. No entanto, a efetividade desses planos depende da preparação do profissional para compreender a diversidade humana, as possíveis adaptações necessárias e conseguir desenvolver uma aula que faça sentido para seu estudante. Sem essa base, os objetivos propostos não serão alcançados.

O envolvimento em programas de extensão universitária tem se mostrado um elemento determinante no percurso acadêmico e no acesso profissional de estudantes de Educação Física, especialmente na área com foco na acessibilidade, abordada na disciplina de EFA.

O PROAMDE sempre ensina seus membros a olharem a pessoa em si e não sua deficiência, a enxergar o que aquela pessoa consegue realizar e o que podemos proporcionar para aprimorar suas habilidades, como relata a participante Rebeca: “Aqui no projeto a gente trabalha não com limitações, mas sim com as potencialidades”.

A experiência em contextos reais de ensino e intervenção possibilita o desenvolvimento de habilidades de ensino, ampliando a percepção sobre os desafios e potencialidades das pessoas com deficiência. Essa proximidade com a comunidade também contribui para o desenvolvimento de uma trajetória profissional, bem definida, reforçando a responsabilidade com a acessibilidade e o compromisso com a sociedade.

Além da preparação com as disciplinas durante a graduação, o envolvimento em projetos extensionistas estimula o aperfeiçoamento de habilidades fundamentais para ensinar, conforme discutido por Nozaki, Hunger *et* Ferreira (2022). O contato direto com a realidade, proporciona flexibilidade nas estratégias de ensino e a formulação de novas práticas, indispensáveis para o aprendizado com acessibilização. O contato com turmas diversas e ambientes de ensino variados contribui para a capacidade de adaptar-se ao ensino e na habilidade para lidar com desafios em sala e a melhoria na interação, fatores esses importantes para um ensino de qualidade.

Nesse sentido, a extensão universitária, se destaca como um espaço formativo complementar, permitindo que os futuros professores de educação física explorem novas formas de ensinar, e tornem-se profissionais com atuações mais analíticas e conscientes. Outro aspecto importante está relacionado a uma compreensão mais detalhada do ensino de atividades físicas para pessoas com deficiência. Ter a experiência em programas de extensão, possibilita um conhecimento aprofundado sobre os desafios da profissão, das

formas de ensino que mais funcionam e dos ajustes que tornam o ensino mais acessível, nas atividades motoras (Nozaki, Hunger *et* Ferreira, 2022).

Muitos estudantes, ao se envolverem nesses projetos, identificam preferências profissionais dentro do campo da EFA, o que influencia em seu percurso na faculdade e em seus próximos passos na carreira. Esse contato direto com a prática também favorece para uma percepção mais bem embasada sobre as medidas para garantir equidade, despertando um maior envolvimento com causas inclusivas.

Conseqüentemente, a experiência em trabalhar com pessoas com deficiência, confere aos profissionais de educação física uma maior credibilidade e valorização no mercado de trabalho. Empregadores reconhecem a importância das habilidades e conhecimentos específicos para lidar com este público. A experiência em projetos extensionistas demonstra o compromisso do profissional com a acessibilidade e a responsabilidade social, atributos cada vez mais valorizados no mercado de trabalho. A seguir o relato do participante Ronaldo:

Nos lugares em que eu pude trabalhar após a faculdade, quando eles viam que eu trabalhava com pessoas com deficiências, eles me viam de outra forma e com toda certeza o PROAMDE pode me proporcionar todas as vivências na parte da pesquisa, na parte da extensão e do ensino. Tive experiências trabalhando no Centro de Referência Paralímpico/AM por conta da minha vivência no PROAMDE. (Entrevista Ronaldo)

A experiência adquirida no PROAMDE não apenas enriquece a formação acadêmica dos participantes, mas também os prepara para os desafios do mercado de trabalho. Um exemplo disso é a fala da participante Paula, que destaca como a vivência no programa a auxiliou em sua atuação profissional na atenção primária, especialmente na zona rural:

Minha especialização eu trabalho na atenção primária (básica), eu trabalho na parte rural e a gente vê que a comunidade que fica mais dentro do ramal tem essa dificuldade, então eu entendo essa vivência com pessoas com deficiência eu me

destaco e posso ajudar essas pessoas que têm dificuldade em ter atendimento na cidade ou até mesmo lá no rural. (Entrevista Paula)

Dessa forma, a fala de Paula mostra como a participação em programas de extensão pode influenciar as decisões em relação à carreira após formado. Nesse sentido, Jesus *et al.* (2014) e Link *et al.* (2017) corroboram essa visão ao afirmarem que a colaboração promovida pela participação ativa na área desejada, juntamente com as vivências adquiridas nesse contexto, leva o discente a tomar decisões sobre sua carreira com base nas oportunidades que surgem, especialmente aquelas que vivenciam ao longo da sua graduação.

Os mesmos autores afirmam que a participação em projeto de extensão universitária pode criar um ambiente de união entre seus membros. Essa coesão dentro do grupo pode promover uma melhor integração do estudante com a sua área de formação vivenciada durante a graduação (Jesus *et al.*, 2014; Link *et al.*, 2017).

O PROAMDE desempenha um papel fundamental na formação de profissionais da educação física mais qualificados para lidar com a diversidade humana. A fala da participante Ana, a seguir, evidencia o quão necessário é ter a experiência de trabalhar com pessoas com deficiência no programa de extensão, mesmo já sendo formado e atuando na educação básica:

Acho imprescindível o trabalho do PROAMDE, seria até interessante se cada professor que está lá na educação básica, que tem aquele pensamento ainda antiquado, de que o aluno tem deficiência, ele não vai conseguir. Era muito bacana se esses profissionais pudessem vivenciar o PROAMDE pra eles perceberem como não é tão difícil, basta a gente querer e ter motivação pra isso. (Entrevista Ana)

Diante o exposto, as falas dos participantes e os estudos apresentados evidenciam o impacto significativo do PROAMDE na formação acadêmica e trajetória docente dos seus membros. Por meio das vivências proporcionadas pelo programa, seus membros desenvolvem habilidades essenciais para a prática pedagógica inclusiva, como planejamento, adaptação de aulas e comunicação eficaz, ampliação do repertório de

conhecimentos sobre acessibilidade e o desenvolvimento de uma visão holística e humanizada sobre a deficiência.

Também podemos destacar outro projeto de extensão que atua na perspectiva da acessibilidade e que possui bastante êxito. O Projeto Atividades Físicas Esportivas E De Lazer Adaptadas A Pessoas Com Deficiências – PROAFA, situado na UFSCar, que desde 2006 oferece atividades físicas adaptadas para pessoas com deficiência. O projeto, que envolve estudantes de graduação e pós-graduação, destaca-se por contribuir na formação acadêmica e pesquisa na área de atividades físicas adaptadas (Melo *et Munster*, 2014; Rossi *et Munster*, 2019).

### **Contribuições do PROAMDE para Pessoas com Deficiência**

Nesta categoria iremos discutir quais são as contribuições do PROAMDE para as pessoas com deficiência a partir das percepções dos membros do programa. Através de suas falas, buscamos compreender como o projeto impacta a vida da comunidade atendida em diferentes aspectos, revelando os benefícios e transformações vivenciados.

O primeiro aspecto que mais foi citado pelos participantes foi relacionado ao desenvolvimento das habilidades motoras e o bem-estar. A fala do participante Patrick, por exemplo, mostra como o PROAMDE às vezes é o único local onde as pessoas realizam um exercício físico

Influencia de uma forma positiva porque muitos são sedentários e às vezes eles só fazem o projeto dia de terça e quinta [...], mas através dessas duas aulas a gente consegue tentar fazer com que eles se tornem um pouco mais ativos e ter uma condição de vida melhor na saúde. (Entrevista Patrick)

Complementando essa ideia, Daniela relata: “A gente percebe a diferença de trabalhar o básico dentro das possibilidades e aí conforme os ganhos (habilidades) vamos aumentando a dificuldade (atividade)” (Entrevista Daniela). Essa fala evidencia que o

PROAMDE busca promover o desenvolvimento das habilidades motoras de forma individualizada, respeitando o ritmo e as capacidades de cada participante.

A prática de atividades físicas, respeitando as individualidades de cada participante, mostrou-se um fator importante para a qualidade de vida e a inclusão social. O estudo evidenciou que um ambiente acessível e voltado para a promoção da saúde é essencial para que todos possam se beneficiar dos exercícios, independentemente de suas características (Wellichan *et* Santos, 2019).

Os alunos têm uma qualidade de vida melhor, eles se sentem mais entusiasmados para fazer as atividades do dia a dia e mais confiantes também. (Entrevista Ronaldo)

O guia de atividade física para a população brasileira traz recomendações para pessoas com deficiência e está organizado em diferentes faixas etárias e níveis de atividade. No quadro 8 estão os principais pontos.

Quadro 8 - Recomendações de atividade física para pessoas com deficiência

<b>Faixa Etária</b>	<b>Recomendações</b>
Até 1 ano	Pelo menos 30 minutos/dia de atividade em posição de barriga para baixo. As crianças devem ser estimuladas de acordo com suas potencialidades desde os primeiros meses de vida.
De 1 a 2 anos	Pelo menos 3 horas/dia de atividade física de qualquer intensidade, podendo ser distribuídas ao longo do dia.
De 3 a 5 anos	Pelo menos 3 horas/dia de atividade física, com no mínimo 1 hora de intensidade moderada a vigorosa, que pode ser acumulada ao longo do dia.
De 6 a 17 anos	60 minutos ou mais/dia de atividade física, preferencialmente de intensidade moderada. Deve incluir, em pelo menos 3 dias na semana, atividades de fortalecimento muscular e dos ossos.
Adultos	Pelo menos 150 minutos de atividade moderada ao longo da semana, ou 75 minutos de atividade vigorosa, ou uma combinação equivalente. Atividades de fortalecimento muscular devem ser promovidas em dois ou mais dias da semana.
Idosos	As mesmas recomendações dos adultos. Adicionalmente, aqueles com mobilidade reduzida devem incluir atividades para melhorar o equilíbrio e a marcha, pelo menos três dias por semana.

Fonte: Adaptado de Orcioli-Silva *et al.* (2021)

Essas recomendações têm o objetivo de estimular a prática regular de atividades físicas, respeitando as capacidades e especificidades das pessoas com deficiência e promovendo estratégias de engajamento e acessibilidade. O guia também mostra os benefícios da atividade física, sendo eles: melhora da saúde física, aumento da aptidão física, benefícios metabólicos, saúde mental e cognitiva, melhoria na qualidade de vida, redução do comportamento sedentário e socialização e inclusão.

Desse modo, o estudo de Wellichan *et Santos* (2019), o guia de atividade física para as pessoas com deficiência Orcioli-Silva *et al* (2021) e pelos relatos dos participantes, fica evidente o impacto positivo do programa na vida das pessoas com deficiência, pois se configura como um espaço para a promoção da saúde, do bem-estar e da inclusão social, levando em consideração que é um programa gratuito, ou seja, qualquer pessoa com deficiência pode participar.

A socialização surge nas entrelinhas, como uma consequência das atividades elaboradas, ou seja, também promove melhorias significativas nos aspectos sociais dos participantes. No estudo de Lopes (2021) os profissionais de outras instituições afirmam o impacto do projeto de extensão na ampliação do repertório social dos participantes com deficiência.

Este espaço se configura um ambiente de socialização e desenvolvimento social, cujas experiências influenciam positivamente outros contextos da vida das pessoas com deficiência, como relata o participante Vitor:

Eu penso que é um processo de socialização em que eles terem essa vivência de interagir com outras pessoas e pessoas com outras deficiências e de desenvolver a potencialidade motora. (Entrevista Vitor)

Conforme o estudo de Faria (2023) as atividades físicas adaptadas, planejadas para atender às necessidades de pessoas com deficiência, são um caminho importante para o desenvolvimento integral. Ao promover a inclusão social, essa prática contribui para a saúde física e mental, reduzindo a vulnerabilidade a doenças como depressão e ansiedade.

A prática de atividades físicas, respeitando as individualidades de cada participante, mostrou-se um fator importante para a qualidade de vida e a inclusão social. O estudo evidenciou que um ambiente acessível e voltado para a promoção da saúde é essencial para que todos possam se beneficiar dos exercícios, independentemente de suas características (Wellichan *et* Santos, 2019).

A atividade física, ao promover a melhora da qualidade de vida, contribui para que as pessoas se sintam mais independentes e autônomas em seu dia a dia. Essa sensação de pertencimento à sociedade é fundamental para aqueles que buscam superar desafios e se sentir parte integrante do grupo (Wellichan *et* Santos, 2019). Como relata a participante

Lorena:

Eu percebi que existe muitos alunos dentro do PROAMDE que já fazem anos dentro do PROAMDE, muitos deles tem autonomia, foi uma coisa que eles ganharam dentro do PROAMDE, porque normalmente nem saem de casa, ficavam escondidos dentro de casa. (Entrevista Lorena)

Outro aspecto relevante é como a AFA pode contribuir significativamente para a visibilidade e o reconhecimento social das pessoas com deficiência. Ao demonstrar suas potencialidades e habilidades mediante a prática de atividades físicas/esportivas, as pessoas com deficiência podem quebrar estereótipos e preconceitos, conquistando um maior espaço na sociedade. A participação em eventos esportivos adaptados, por exemplo, pode ser uma oportunidade para que as pessoas com deficiência mostrem seu potencial e sejam reconhecidas por suas conquistas.

Segundo Silva *et* Winckler (2022) o sucesso e a visibilidade dos atletas paralímpicos contribuem para mudar a percepção da sociedade sobre as capacidades das pessoas com deficiência. Isso gera um impacto positivo nas políticas de inclusão e nas práticas sociais, estimulando um debate mais amplo sobre acessibilidade e direitos.

Em uma esfera menor, temos como exemplo o PROAMDE, como relata o participante Caio e Solange:

Se não fosse o PROAMDE ser apresentado pra essas pessoas (deficiência adquirida) lá no leito, lá na reabilitação elas não iam conhecer o movimento desportivo, o movimento da atividade motora, então provavelmente essas pessoas estariam em casa e até mesmo impossibilitadas de sair de casa e também de vivenciar outras experiências. (Entrevista Caio)

A partir do momento que eu comecei a fazer parte do PROAMDE percebi que também era uma novidade para alguns de nossos alunos que ficavam muito tempo só em casa. (Entrevista Solange)

Assim, podemos inferir que o PROAMDE se assemelha ao impacto observado no esporte paralímpico, transcende a simples prática de atividades físicas. Ao oferecer oportunidades para que pessoas com deficiência superem barreiras, conquistem autonomia, desenvolvam suas potencialidades e conquistem visibilidade social.

A relevância social do PROAMDE transcende a mera oferta de atividades físicas adaptadas; ele representa um pilar de inclusão e equidade em uma comunidade onde o acesso a tais serviços é frequentemente limitado. Como destaca Marília em sua entrevista:

O PROAMDE tem grande relevância social porque ele proporciona essas atividades de forma gratuita, onde muitas famílias não teriam condições de acessar esses serviços. (Entrevista Marília)

Essa gratuidade não apenas democratiza o acesso às atividades físicas, promove a autonomia e a participação social de pessoas com deficiência de forma mais duradoura, tanto que tem alunos que estão no PROAMDE desde 2000.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, alcançamos os objetivos propostos ao explorar a influência da extensão universitária na formação e atuação de profissionais de Educação Física na perspectiva da acessibilidade. A análise dos dados revelou a intrínseca relação entre a participação no programa e o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação profissional inclusiva. Ademais, a pesquisa desvelou a dinâmica operacional e organizacional do PROAMDE na FEFF/UFAM.

A UFAM se destaca como uma instituição que, ao longo dos anos, vem consolidando sua missão de promover ensino, pesquisa e extensão de forma integrada. Em 2023, a UFAM manteve seu compromisso com a extensão universitária, promovendo diversas ações voltadas para a comunidade local e contribuindo significativamente para a formação de seus discentes. Os dados referentes à extensão na UFAM neste ano apontam para uma crescente participação de discentes em programas e projetos de extensão, o que reforça o papel da universidade como agente transformador na sociedade.

O PROAMDE é um dos principais programas de extensão da universidade. Com uma estrutura que busca integrar ensino, pesquisa e extensão, proporcionando atividades motoras adaptadas para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão e a acessibilidade. Historicamente, o PROAMDE tem desempenhado um papel crucial na formação dos discentes, especialmente daqueles que se dedicam à AFA.

O PROAMDE, assim como o PROAFA, exemplifica o potencial da extensão universitária em formar profissionais qualificados e promover atividades motoras para pessoas com deficiência, reforçando o papel da universidade como agente de transformação social.

Ao oferecer serviços gratuitos à comunidade, a extensão demonstra o compromisso da universidade com a sociedade, promovendo a democratização do conhecimento. Além disso, a extensão possibilita a realização de pesquisas relevantes e o exercício do ensino

em contextos reais, enriquecendo a formação dos discentes e contribuindo para o avanço do conhecimento.

A realização desta pesquisa representou uma oportunidade ímpar de evidenciar a relevância do PROAMDE, dando voz às pessoas que, com dedicação e empenho, construíram e continuam a edificar a história deste programa de extensão universitária. Por meio dos relatos dos participantes foi possível identificar a magnitude do impacto do PROAMDE tanto na comunidade, quanto na formação e atuação dos profissionais de educação física.

A extensão universitária ainda carece de maior valorização e reconhecimento. É necessário que os docentes das universidades reconheçam o papel fundamental da extensão na formação de profissionais qualificados para atuarem com pessoas com e sem deficiência.

Como recomendação para futuros estudos, sugerimos incluir as pessoas com deficiência como participantes da pesquisa. Ademais, sugere-se a utilização do Projeto Político de Curso de Educação Física como referencial teórico para a análise dos resultados, a fim de contextualizar e fundamentar o papel do PROAMDE no âmbito FEF/UFAM.

## REFERÊNCIAS

- Amorim, I. de F. de C. (2021). [O PROAMDE enquanto espaço formativo: um estudo de caso \[Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas\]](#).
- Arnaiz-Sánchez, P., De Haro-Rodríguez, R., Caballero, C. M., e Martínez-Abellán, R. (2023). [Barreiras à inclusão educacional na formação inicial de professores](#). *Societies*, 13(2), 31.
- Araújo, C. M. D. (2014). [Implicações dos projetos de extensão universitária para a formação do professor de Educação Física. \[Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro\]](#)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2015). NBR 9050:2015 — [Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos](#). ABNT.
- Brantlinger, E., Jimenez, R., Klingner, J., Pugach, M., e Richardson, V. (2005). [Qualitative studies in special education](#). *Exceptional Children*, 71(2), 195–207.
- Basilio, J. T., e Rangel, G. P. M. (2022). [A extensão universitária como instrumento para contribuição na formação docente continuada](#). Editor Científico, 133.
- Brancatti, P. R. (2018). [Trajetórias de formação construídas a partir dos projetos de extensão universitária: o olhar dos egressos do curso de Licenciatura em Educação Física da FCT/UNESP \[Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista\]](#).
- Brasil. (2006, 10 de maio). Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Brasil. (2016, 24 de maio). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2018a, 19 de dezembro). Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes

- Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Diário Oficial da União, 244(Seção 1), 33–36.
- Brasil. (2018b, 15 de agosto). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).
- Brasil. (1996, 20 de dezembro). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional].
- Brasil. (2014, 26 de junho). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)
- Brasil. (2015, 6 de julho). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência.
- Brasil. (2001). Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. [Plano Nacional de Educação (PNE)].
- Conceição, V. J. S., e Krug, H. N. (2009). [\*Formação inicial de professores de educação física frente a uma realidade de inclusão escolar\*](#). Revista Educação Especial, 22(34), 237–249.
- Conselho Nacional de Educação. (2001). Parecer nº 9, de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>
- Cardoso, L. M., e Cabral, L. S. A. (2024). [\*Da extensão universitária à gestão do centro de referência paralímpico do Amazonas\*](#). In Anais do 2º Disseminando Saberes da Educação Especial (DISSEE): Caminhos e desafios para o futuro (pp. 157–159). EDESP.
- Dalla Déa, V. H. S., Cunha, M. V., Nascimento, O. A. S., Lima, A. F., e Lima, M. D. (2013). [\*Inclusão de pessoas com deficiência nos projetos de extensão de práticas corporais da Universidade Federal de Goiás\*](#). Pensar a Prática, 16(4).

- Da Silva, W. P. (2020). [Extensão universitária: um conceito em construção](#). Revista Extensão & Sociedade, 11(2).
- Ebersold, S. (2020). [Pratiques inclusives, approche polycentrée et accessibilité](#). Revista Educação Especial, 33, 1–22.
- Ebersold, S. (2021). [The grammar of accessibility](#). In S. Ebersold (Ed.), Accessibility or reinventing education.
- I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (1987). [Conceito de extensão, institucionalização e financiamento](#).
- Faria, N. V. M. F. (2023). [A importância da prática da atividade física para o desenvolvimento integral dos adolescentes com deficiência](#). Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Facmais).
- Felicio, R. G., e Benelli, S. J. (2014). [A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária](#). Diálogo, 27, 25–37.
- Ferreira, W. B. (2006). *Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca*. In D. Rodrigues (Ed.), Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva (pp. 212–238). Summus.
- Freire, P. (1977). *Extensão e comunicação? Paz e Terra*.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Fiorini, M. L. S., e Manzini, E. J. (2014). [Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: Identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor](#). Revista Brasileira de Educação Especial, 20(3), 387–404.
- Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex). (2012). [Política Nacional de Extensão Universitária](#).
- Gadotti, M. (2017). [Extensão universitária: para quê](#). Instituto Paulo Freire, 15, 1–18.
- Garcia, S. C. (2008). [A resiliência no indivíduo especial: Uma visão logoterapêutica](#). Revista Educação Especial, 31, 25–36.

- Gatti, B. A. (2014). [A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas.](#) Revista Usp, 100, 33–46.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4th ed.). Atlas.
- Greguol, M., Malagodi, B. M., e Carraro, A. (2018). [Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: Atitudes de professores nas escolas regulares.](#) Revista Brasileira de Educação Especial, 24(1), 33–44.
- Guerreiro, E. M. B. R. (2012). [A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.](#) Revista Educação Especial, 25(43), 217–232.
- Guimarães, R. (2010). *Gênero e Deficiência: Um estudo sobre as relações de cuidado*. In D. Diniz & W. Santos (Eds.), *Deficiência e Discriminação*. Letras Livres.
- Hartwig, L. F., Silveira, V. C., Mallue, F. G., Afonso, M. R., e Ribeiro, J. A. B. (2022). [A extensão universitária e suas interfaces com a formação inicial em educação física.](#) Biomotriz, 16(1), 94–106.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2024). [Censo Escolar da Educação Básica 2023: Notas Estatísticas.](#)
- Jesus, A., et al. (2015). [Dança e expressão corporal para pessoas com deficiência na regional Catalão da universidade federal de Goiás.](#) Enciclopedia Biosfera, 11(20).
- Libâneo, J. C., & Pimenta, S. G. (1999). *Didática e formação de professores: Percursos e perspectivas no Brasil*. Cortez Editora.
- Link, A., et al. (2017). *Projeto Tudo Junto e Misturado: o nascimento da ginástica para todos na universidade de Caxias do Sul*. In *Anais CIEFMH* (Vol. 1). Realize.
- Lopes, S. F. (2021). [Relações extravagantes: relatos de um projeto de extensão incrível.](#) In *Educação Física e Ciências do Esporte: Uma Abordagem Interdisciplinar-volume 2* (pp. 425–446). Editora Científica Digital.
- Lottermann, A. L. F., et al. (2019). [Formação de professores de educação física para o trabalho junto de alunos com deficiência: Contribuições do ensino, pesquisa e extensão.](#) Caderno de Educação Física e Esporte, 17(1), 255–263.

- Magalhães, J. A. S., e Marta, S. N. (2020). [Curricularização da Extensão: Compromisso social e inovação acadêmica](#). In A. W. C. Silva e P. F. C. Franco (Eds.), *Curricularização da extensão: Compromisso social e inovação* (pp. 24–35). Editora Universitária Leopoldianum.
- Martins, R. E. M. W., Martins Filho, L. J., e Souza, A. R. B. (2021). [Extensão universitária e formação docente: diálogos com a Educação Básica](#). Revista de Educação PUC-Campinas, 26.
- Melo, F. P., e Munster, M. A. (2014). [Handebol em cadeira de rodas: caminhos percorridos pelo PROAFA/UFSCar](#). Revista Adapta, 10(1), 35–40.
- Ministério de Estado da Educação e do Desporto. (1994). Portaria Ministerial nº 1.793, de dezembro de 1994. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>
- Mirra, E. (2009). *A Ciência que sonha e o verso que investiga*. Editora Papagaio.
- Nogueira, M. D. P. (2005). *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Editora UFMG.
- Nozaki, J. M., Ferreira, L. A., e Hunger, D. A. C. F. (2015). [Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física](#). Revista Eletrônica de Educação, 228–241.
- Nozaki, J. M., Hunger, D. A. C. F., e Ferreira, L. A. (2022). [Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física](#). Revista Brasileira De Extensão Universitária, 13(1), 1–11.
- Orcioli-Silva, D., et al. (2021). [Atividade física para pessoas com deficiência: Guia de Atividade Física para a População Brasileira](#). Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 26, 1–11.
- Pacheco, J., Alves, M. L. T., e Duarte, E. (2017). A formação inicial de professores de educação física acerca da inclusão: Um estudo diagnóstico no Chile. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 31(3).
- Paula, J. A. (2013). [A extensão universitária: história, conceito e propostas](#). Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, 1(1), 5–23.

- Pereira, F. N. (2023). [Gestão do esporte paralímpico: a formação e capacitação profissional em foco.](#) [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia].
- Rossi-Andrion, P., e Munster, M. A. (2013). [Formação profissional em Educação Física Adaptada: um estudo de caso.](#) In Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (8th).
- Santos, J. H. S., Rocha, B. F., e Passaglio, K. T. (2016). [Extensão universitária e formação no ensino superior.](#) Revista Brasileira de Extensão Universitária, 7(1), 23–28.
- Santos, M. P. (2010). [Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário.](#) Revista Conexão UEPG, 6(1), 10–15.
- Santos, R., e Freire, E. S. (2006). [Educação física e esporte no terceiro setor: estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem de valores, atitudes e normas no projeto esporte talento.](#) Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, 5(1).
- Sasaki, R. K. (2009). [Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.](#) Revista Nacional de Reabilitação (Reação), 12(mar./abr.), 10–16.
- Saviani, D. (2011). História das ideias pedagógicas no Brasil (3ª ed.). Autores Associados.
- Silva, A. H., e Fossá, M. I. T. (2015). [Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.](#) Qualitas revista eletrônica, 16(1), 1-14.
- Silva, A. L. D. B., Sousa, S. C. D., Chaves, A. C. F., Sousa, S. G. D. C., e Rocha Filho, D. R. D. (2019). [Importância da extensão universitária na formação profissional: Projeto Canudos.](#) Rev. Enferm. UFPE online, 1–8.
- Silva, F. J. D. S. (2018). [Os projetos de extensão do núcleo de educação física do CAV-UFPE e seus alcances sociais](#) [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco].
- Silva, M. C. C., e Winckler, C. (2022). [A Educação Física como meio de inclusão social e acesso ao esporte paralímpico em jovens com deficiência visual.](#) Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 23(1), 131–144.

- Silva, S. O. (2022). [Extensão universitária e docência em educação física: relato de experiências construídas no projeto de extensão brincando de yoga na educação infantil da ESEFID/UFRGS \[Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul\].](#)
- Silveira, E. O. (2022). [Projeto sorriso especial: percepções do acadêmico de odontologia inserido na extensão universitária. \[Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Santa Cruz do Sul\].](#)
- Tavares, L. M. F. L., Santos, L. M. M., e Freitas, M. N. C. (2016). [A educação inclusiva: Um estudo sobre a formação docente.](#) Revista Brasileira de Educação Especial, 22, 527–542.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* Atlas.
- Universidade Federal do Amazonas. (2023). [Relatório de gestão da UFAM 2023](#) [Relatório anual].
- Wellichan, D. D. S. P., e Santos, M. G. F. (2019). [Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o crossfit adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado.](#) Temas em Educação e Saúde, 146–158.

## APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES  
DA PESQUISA “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA  
ACESSIBILIDADE: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA  
EDUCAÇÃO FÍSICA”

(Resolução N.º 510/2016 do CNS)

Nós, Larissa de Melo Cardoso e Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – PPGEEs/UFSCar, venho convidá-lo (a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA”.

O objetivo geral do presente estudo é analisar como a extensão universitária influencia na formação dos profissionais de educação física para atuarem com pessoas com deficiência.

A coleta de dados contempla encontros virtuais que abordará as temáticas relacionadas à extensão universitária, respectivamente: a) motivos que o fizeram participar da extensão na perspectiva da acessibilidade; b) contribuições da extensão na formação profissional; c) conciliação da atuação de coordenador do programa de extensão com os deveres docente da Universidade.

Nesse processo, à luz da resolução n.º 510/16, das “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e após apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sede comprometemo-nos junto à/ao participante, em relação aos riscos e benefícios da pesquisa: enviar e, previamente, esclarecer na modalidade *online* o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e as finalidades da pesquisa; garantir a participação voluntária, com autonomia e dignidade; ainda, eventuais situações de vulnerabilidade serão consideradas e, se em decorrência da própria pesquisa seja necessário, prevemos assistência psicológica e prezaremos pela dignidade do participante. Caso haja despesas decorrentes diretamente da participação na pesquisa, é garantido o ressarcimento ao participante, de acordo com a resolução\_CNS 510/2016

Se, durante os procedimentos algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida, se assim desejar. Nesses casos, o(s) pesquisador(es) presente(s) solicitará(ão) a autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes.

Valendo-se dos princípios da beneficência, da não maleficência e da justiça em relação aos dados pessoais e sensíveis dos participantes (números de documentos, dados referentes a saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, origem racial ou étnica, opinião política, filiação a sindicato, organização de caráter religioso e/ou filosófico), e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será assegurado a garantia do sigilo da identidade, privacidade,

confidencialidade e anonimato de suas respostas nas divulgações social, acadêmica e científica dos resultados, em atendimento, inclusive do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018). A todos os participantes está garantindo que o contato não será realizado através de listas e/ou grupos.

As ações previstas no projeto não envolverão a presença física do pesquisador e do/a participante de pesquisa, com vistas a preservação, proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa e dos próprios pesquisadores em um cenário de pandemia decorrente da covid-19. nesse sentido, o contato com os participantes e a coleta de dados ocorrerão integralmente em ambiente virtual [internet (e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.); telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.); assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios]. no que se refere ao planejamento das sessões de encontros virtuais, o/a participante terá suas disponibilidades de datas e horários asseguradas, de modo a garantir conforto, segurança e discrição.

O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa irá: eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (tcle), o qual poderá ser impresso ou solicitado ao pesquisador via endereço de e-mail fornecido, se assim o desejar. você poderá imprimir uma via deste termo, ou se desejar, o pesquisador poderá encaminhar uma via assinada por e-mail ou da maneira como preferir. para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador se responsabiliza por fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O pesquisador é responsável por fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", os dados obtidos ficará sob guarda e responsabilidade do pesquisador, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, conforme as determinações da resolução no. 510/2016.

Destacamos a relevância social e a importância de sua participação nessa pesquisa, por valiosamente auxiliar-nos na obtenção de elementos imprescindíveis que poderão contribuir, cooperativamente, com as reflexões e discussões acadêmico-científicas que visem a potencializar os direcionamentos no âmbito da formação de profissionais da educação física através da extensão na perspectiva da acessibilidade.

Sua participação é voluntária e não acarretará custos e compensações financeiras. a qualquer momento o/a senhor/a pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa. caso encontre qualquer problema ou tenha alguma dúvida prévia, durante ou após a sua participação na pesquisa, o/a senhor/a poderá comunicar-se por meio dos contatos (telefone e/ou e-mail) que constam respectivamente nas assinaturas do presente termo. todos os participantes terão acesso aos resultados da pesquisa conforme as determinações da resolução no. 510/2016.

observação: esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa em seres humanos (cep) da ufscar, que, vinculado à comissão nacional de ética em pesquisa (conep), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do país, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados.

---

Larissa de Melo Cardoso  
(Pesquisadora do estudo)  
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEs  
Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: [lcardoso@estudante.ufscar.br](mailto:lcardoso@estudante.ufscar.br)

---

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral  
(orientador e pesquisador do estudo)  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEs  
Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: [leonardocabral@ufscar.br](mailto:leonardocabral@ufscar.br)

**Declaro que entendi o objetivo, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Parecer n.º 2.997.423 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. E-mail: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br). Telefone (16) 3351-9685. atendimento: 08 às 11.**

Local e data \_\_\_\_\_

Nome do participante da pesquisa \_\_\_\_\_

Número e tipo do documento de identificação \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito da pesquisa \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### Roteiro de Entrevista

1. Nome Completo:
2. Idade:
3. Formação:

#### 3.1 Discente

Ingressou na Universidade em que ano?

Turno: Matutino (  ); Vespertino (  ); Noturno (  )

#### 3.2 Egresso

Há quanto tempo está formado?

Possui ou está fazendo Pós-Graduação?

(  ) Especialização; (  ) Mestrado profissional; (  ) Mestrado acadêmico; (  ) Doutorado

Se sim, em qual Programa de Pós-Graduação?

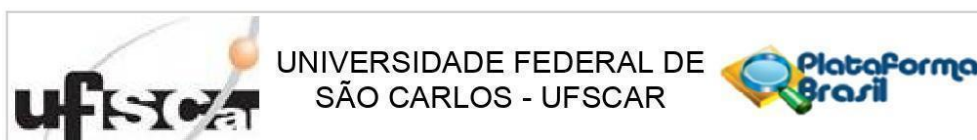
#### 3.3 Coordenador

Há quanto tempo é docente da Universidade?

Há quanto tempo é coordenador do programa de extensão?

1. Quais motivos te fizeram querer participar de programas de extensão que atuam na perspectiva da acessibilidade?
2. Através de sua trajetória na extensão universitária, quais foram as contribuições na sua formação profissional?
3. Como você percebe que essas atividades influenciam nas vidas das pessoas com deficiência?
4. Você atuou ou teve algum envolvimento com a Educação Física Adaptada, ou Atividade Motora Adaptada após a formação inicial?
5. De que maneira o programa de extensão contribuiu para a sua carreira docente e a construção de sua identidade profissional após a formação inicial?
6. O que o motivou a assumir/criar um programa de extensão?
7. Discorra sobre como é estar à frente da coordenação de um programa de extensão no que diz respeito à carga administrativa, bem como ter que conciliar com as demandas da docência na Universidade.

## ANEXOS A



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

**Pesquisador:** LARISSA DE MELO CARDOSO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 74059923.4.0000.5504

**Instituição Proponente:** CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.526.863

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2200912.pdf, de 19/10/2023) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO\_versao1.pdf, de 18/10/2023): RESUMO, HIPÓTESE (se houver), METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.

#### Apresentação:

De acordo com o Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como: Faculdade, Centros universitários e Universidades. As instituições são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II - um terço do

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

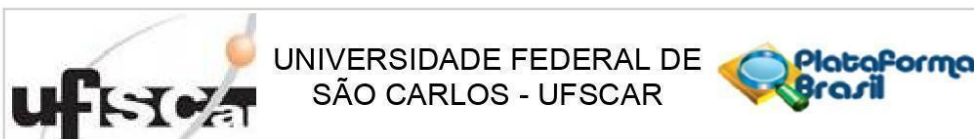
**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**CEP:** 13.565-905

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.526.863

corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A criação de universidades federais se dará por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. A criação de universidades privadas se dará por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. Como foi citado anteriormente, a Universidade é constituída pelo princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão é o vínculo de comunicação estabelecido entre a sociedade e a universidade. (Gadotti, 2017). No que se refere ao processo histórico da extensão universitária, a universidade de Cambridge na Inglaterra, em meados do século XIX, foi precursora da ideia através da criação de um programa formal de "cursos de extensão" que por meio do corpo docente era difundido na sociedade, como diz Mirra (2009, p.77): A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de "cursos de extensão" a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham –a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase simultaneamente, outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. O conceito de extensão foi disseminado não só por todo o continente europeu, como também pelos Estados Unidos, responsável por criar a American Society for The Extension of University Teaching que alavancou as atividades de extensão na Universidade de Chicago, em 1892 (Paula, 2013). No Brasil as atividades de extensão eram desenvolvidas como um recurso de suporte aos cursos de nível superior. Sendo utilizado o modelo das universidades europeias e, posteriormente, das universidades americanas. Em 1911, na Universidade Popular, a antecessora da Universidade de São Paulo, foi aplicado o modelo de extensão das universidades européias que visavam oferecer

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	<b>CEP:</b> 13.565-905
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9685	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br

Página 02 de 12

cursos a indivíduos externos ao âmbito universitário, de modo que a proposta não consistia em identificar e solucionar os problemas da sociedade (Nogueira, 2005). Segundo o mesmo autor, em 1920, o modelo aplicado no país foi alterado, passando a se basear na ideia americana de extensão universitária, em que o ideal era prestar serviços para a comunidade, ultrapassando os muros da universidade. Nesse sentido, compreende-se que a Extensão pode englobar um grande número de ações na universidade e, para entender o escopo dessas ações e o seu sentido de ser, faz-se necessário entender o que é a extensão, quais as suas finalidades e a sua importância para a universidade (Da Silva, 2020). Tensionamentos atuais sobre o papel da Extensão na Educação Superior e Sociedade No decorrer da década de 1960 surgiram ações de compromissos com classes populares, com o intuito de conscientizá-las a respeito de seus direitos. Dessa forma, a extensão deixa de ser um mecanismo de suporte dentro de uma proposta vinculada ao conceito de assistencialismo e passa a compreender a relação de interação entre a sociedade e os extensionistas (Gadotti, 2017). De acordo com Freire (1977) nas propostas não assistenciais e não extensionistas de extensão universitária, a discussão avança com o conceito de expansão como troca de saberes. Trata-se de ressignificar o conceito de extensão, que passou a ser entendido como comunicação que permeia a problematização de como o conhecimento surge na prática. O Primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987, p. 11) representou um avanço, oportunidade em que foi construído um novo conceito: A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. A concepção de relacionar o currículo com a extensão universitária envolveu o Plano Nacional de Educação (PNE) decenal que compreendeu o período de 2001 a 2010, indicou em suas metas que devem ser integralizados, obrigatoriamente, 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação em ações extensionistas. Do mesmo modo, o PNE que abrange o período de 2014-2024, tendo em vista que a estratégia 7 indica como proposta para o cumprimento da meta 7.12, a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.565-905
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9685	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br

exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014). Os programas de extensão abrangem a interação ensino-serviço-comunidade, promovendo a troca de conhecimento entre professores, acadêmicos e população, de modo que a formação dos acadêmicos contemple a relação universidade e sociedade. Dessa forma, o acadêmico que no decorrer da graduação vivenciar o tripé da universidade, além de possibilitar a formação continuada, tende a elevar sua formação como cidadão e profissional (FORPROEX, 2012). Conforme apresentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos”, compreende-se que o princípio previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988 é valorizado, de modo que a extensão é contemplada em conjunto com a pesquisa para a possibilidade de obtenção de recursos monetários para sua elaboração e desenvolvimento (Brasil, 1996). A extensão, apesar de vincular-se ao estudo e atuação em áreas de grande pertinência social, é subvalorizada, tendo em vista que, em princípio, é qualificada como parte frágil do tripé. A universidade tradicionalmente utiliza o ensino e a pesquisa como base para a formação, essa centralização dificulta a relação de interação entre sociedade e universidade. A ideia de extensão compreende aspectos relacionados à intedisciplinaridade e interprofissionalidade vinculada ao tripé de ensino, pesquisa e extensão. A partir disso, a extensão universitária deve tentar romper a concepção tecnicista das universidades por meio de uma interação entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). No que diz respeito aos programas de extensão desenvolvidos em âmbito estadual, que englobam o estado do Amazonas, a Política de Extensão da Universidade Federal do Amazonas está estruturada por meio da articulação de doze Diretrizes Conceituais, Institucionais e Políticas, conforme teor a seguir: 1- Institucionalização das Ações de Extensão; 2- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3- Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas; 4- Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população; 5- Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico; 6- Incentivo ao debate permanente em torno da amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais; 7- Financiamento majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental e em caráter de complementaridade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não-governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais; 8- Avaliações das Ações de Extensão; 9- Programa Institucional de Bolsas de Extensão; 10- Programa de Difusão

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP  
**Município:** SAO CARLOS  
**CEP:** 13.565-905  
**Telefone:** (16)3351-9685  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

e Publicação das Ações Extensionistas; 11- Incentivo à Flexibilização Curricular; 12- Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações Extensionistas. Os programas de extensão abrangem a interação ensino-serviço-comunidade, promovendo a troca de conhecimento entre professores, acadêmicos e população, de modo que a formação dos acadêmicos contemplem a relação universidade e sociedade. Dessa forma, o acadêmico que no decorrer da graduação vivenciar o tripé da universidade, além de possibilitar a formação continuada, tende a elevar sua formação como cidadão e profissional (FORPROEX, 2012). O interesse acadêmico na participação de Extensão Universitária está relacionado com a curiosidade em vivenciar as possibilidades de atuação da área de formação (Silva, 2022), depreende-se que a participação na extensão relaciona-se com as expectativas de colocar em prática o conhecimento adquirido de forma teórica. Nozaki et al. (2015), mostram em seu estudo uma análise das implicações de um Projeto de Extensão na formação do licenciado e na sua atuação como professor(a) de Educação Física, desse modo, afirmam que: Na formação inicial dos cursos de licenciatura em Educação Física, especialmente nas instituições públicas, a extensão universitária tem se evidenciado como um espaço crescente e diversificado de projetos e atividades que vem a cada dia incluindo um número maior de graduandos como bolsistas e/ou voluntários. (NOZAKI et al., 2015, p. 230). Santos et al. (2016) indicaram que a participação na Extensão Universitária demonstrou uma aproximação com o campo de trabalho: A extensão universitária, como parte da formação acadêmica, permite ao aluno entrar em contato com a comunidade externa à universidade, conhecendo melhor a realidade que lhe cerca. Tal fato possibilita o conhecimento das demandas sociais, que amplia o campo de trabalho onde irá se inserir (SANTOS et al., 2016, p. 26). Para Araújo (2014), os projetos de extensão possuem grande influência na vida acadêmica: Os projetos de extensão, como atividade acadêmica, carregam uma bagagem de elementos que contribuem para o processo adaptativo do futuro professor. Além da abrangência dos espaços onde são desenvolvidos, eles são contemplados com a diversidade humana que o professor vai encontrar quando entrar no mercado de trabalho (Araujo, 2014, p. 61). A Extensão na formação inicial de profissionais da área da Educação na Educação Superior O Parecer nº 9 de 2001 do Conselho Nacional de Educação (2001), que versou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ressalta que a formação dos professores é imprescindível para que haja melhorias na educação básica, porém é algo bastante desafiador. Em vista disso, o documento destacou alguns desafios, são eles: a união entre teoria e prática; os futuros professores terem pleno conhecimento dos documentos normativos que regulamentam a educação; a realidade dos cursos de formação estarem distantes da realidade encontrada nas

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP  
**Município:** SAO CARLOS  
**CEP:** 13.565-905  
**Telefone:** (16)3351-9685  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

escolas; a necessidade que os futuros professores tenham uma formação que consiga atuar os diversos tipos de alunos. De acordo com Gatti (2014) os processos educativos são essenciais para que haja desenvolvimento das capacidades humanas. Desse modo, a formação dos professores tem se mostrado como um grande desafio para as políticas educacionais. Sendo este um dos motivos do surgimento de mais discussões acerca dos que os dados do Censo da Educação Superior de 2021 irá refletir e como é necessário fortalecer a formação dos futuros profissionais da educação com a abordagem da acessibilidade. Programas de Extensão inerentes aos direitos das pessoas com deficiências Quando é abordado o termo “acessibilidade” geralmente se é remetido ao conceito arquitetônico, porém existem outros tipos de acessibilidade, que neste caso é a acessibilidade atitudinal, que significa: atitudes ou comportamentos que possibilitem ou favoreçam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015). E através dos programas de extensão é possível que haja espaço para as pessoas com deficiência se desenvolverem de forma individual e na sociedade também. Além disso, segundo Silveira (2022) o programa de extensão para pessoas com deficiência fez com que os discentes se sentissem mais preparados, pois essa experiência, ainda na graduação, contribuiu para ampliar o conhecimento acerca desse público. Assim como Silva et al. (2019), consideram que formação acadêmica é enriquecida através da extensão universitária, tendo em vista que, os assuntos abordados na teoria e na prática geralmente não são vistos nas disciplinas curriculares da graduação, oportunizando que os acadêmicos tenham acesso a experiências e vivências distintas, fundamentais tanto para os alunos quanto para os beneficiários. No que se refere à educação especial e as demais licenciaturas, permite que os professores elaborem práticas e estratégias pedagógicas para atuar com os alunos público-alvo da educação especial, com o intuito de potencializar o desenvolvimento dos alunos (Basilio; Rangel, 2022). A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), fundada em 1909, sendo uma das Universidades mais antigas do Brasil, localizada na cidade de Manaus, tendo outros pólos no interior do estado, possui alguns programas de extensão institucionalizados na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, proporcionando qualidade de vida para a comunidade e a capacitação de acadêmicos e profissionais da área da saúde e educação para atuarem com determinado público. Julgamos importante o programa institucionalizado devido sua sustentabilidade, pois tem perspectiva de continuidade com o trabalho, além de ter autonomia de desenvolver outras atividades extensionistas. A importância da Atividade Motora Adaptada é frequentemente apresentada na literatura, sobretudo no se refere suprir as necessidades especiais ligadas à educação física e ao esporte. Em contrapartida, observam-se lacunas na produção

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9685 **CEP:** 13.565-905  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

científica de pesquisas sobre o embasamento teórico dos ciclos de desenvolvimento profissional na carreira docente associada à subárea de Educação Física Adaptada (Winnick, 2011). Sendo assim, buscamos entender quais foram as contribuições das ações desenvolvidas nos programas de extensão que influenciaram na carreira docente dos professores de educação física, como também os discentes que ainda estão na formação inicial. Dessa forma, a pesquisa possui o seguinte questionamento: de que maneira a extensão universitária pode contribuir na formação dos profissionais de educação física para atuarem com pessoas com deficiência?

**Hipótese:**

A extensão na perspectiva da acessibilidade teve contribuições positivas na formação e pode ter contribuído para a escolha de seguir a carreira acadêmica acerca da atividade física e esportes adaptados.

**Metodologia Proposta:** Esta pesquisa será um estudo documental e de campo, de caráter descritivo, que segundo Gil (2002) tem como objetivo principal a descrição de aspectos singulares a determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental, vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, neste caso será analisado os documentos/relatórios dos programas de extensão da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEEF/UFAM. Segundo o mesmo autor, o estudo de campo procura mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Considerando que esta é uma pesquisa que envolve a participação de seres humanos, o projeto será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cumprindo com a exigência da Resolução nº 510/16 e complementares (Brasil, 2016). Junto aos participantes da pesquisa, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, destacando a relevância do estudo, os riscos e benefícios. Aos que concordarem participar do estudo, será enviada por e-mail uma via eletrônica do documento assinado pelo pesquisador responsável e pelo orientador -acadêmico para a confirmação de participação. Somado a isso, iremos enfatizar ao participante a importância de guardar uma cópia do TCLE endereçado em seus arquivos pessoais. A pesquisa será totalmente realizada na modalidade online devido a dois fatores: a) A logística, visto que a pesquisadora reside em São Carlos e os participantes residem em Manaus/AM ou em outros estados do Brasil; b) em razão do uso preferencial de comunicações que não envolvessem o

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP  
**Município:** SAO CARLOS  
**CEP:** 13.565-905  
**Telefone:** (16)3351-9685  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

contato pessoal entre cidadãos. Isso, para evitar aglomerações em detrimento da pandemia do Coronavírus – COVID-19, que ocorreu no início de 2020 no Brasil e permanece com registro de casos da doença até o presente momento – segundo semestre de 2023. Nesta pesquisa serão convidados os discentes e os egressos do curso de Educação Física, bem como os coordenadores dos programas de extensão que atuam na perspectiva da acessibilidade da FEEF/UFAM. Instrumentos para coleta dos dados Para atingir os objetivos desta presente pesquisa, será realizado um roteiro de entrevista semiestruturada que segundo Triviños (1987, p.152), “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” mantendo a presença do pesquisador essencial no processo de coleta de informações. Ocorrerá via Google Meet, visto que é uma ferramenta onde é possível gravar áudio e vídeo, sendo assim, o participante será informado sobre a necessidade de a entrevista ser gravada antes que a mesma seja iniciada. Para termos conhecimento sobre os programas de extensão será acessado o site da Pró-Reitoria de Extensão (ProExt) da UFAM para identificar quais irão fazer parte da pesquisa, para posteriormente, contatar os respectivos coordenadores para solicitar os relatórios. Inicialmente, a pesquisadora irá entrar em contato com os coordenadores via email para explicar brevemente sobre da pesquisa, caso aceite participar DEVERÁ COLOCAR SUA ASSINATURA ELETRONICA NO TCLE QUE ESTARÁ EM ANEXO NO EMAIL, E ENTÃO será marcado uma entrevista, conforme a disponibilidade de horário, via Google Meet que possui a ferramenta de gravação de vídeo e áudio, o primeiro contato será com o coordenador para melhor compreender sobre o programa, bem como indicar os demais participantes (discentes e egressos). APÓS O COORDENADOR ENCAMINHAR, VIA EMAIL, O CONTATO DOS DISCENTES E EGRESSOS QUE SE ENQUADRAM NOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO DA PESQUISA, A PESQUISADORA IRÁ CONTACTA-LOS E FAZER O MESMO PROCEDIMENTO REALIZADO COM O COORDENADOR.

**Objetivo da Pesquisa:**

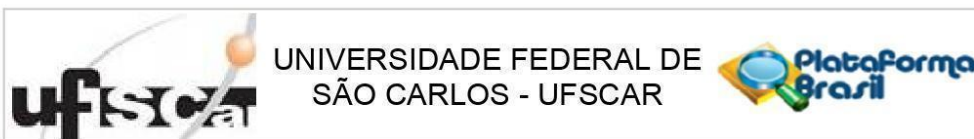
**Objetivo Primário:**

Analisar como a extensão universitária influencia na formação dos profissionais de educação física para atuarem com pessoas com deficiência.

**Objetivo Secundário:**

a) Identificar elementos etnográficos que compõem o perfil dos coordenadores dos programas de extensão, discentes e egressos do curso de

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.565-905
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9685	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.526.863

Educação Física;

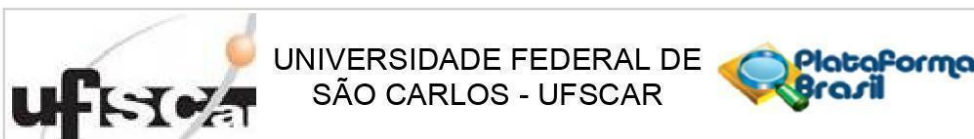
- b) Analisar possíveis relações entre atividades e programas de extensão sobre acessibilidade e suas respectivas atuações profissionais;
- c) Desvelar como ocorrem os programas de extensão voltados para pessoas com deficiência na Faculdade de Educação Física e FisioterapiaUFAM.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: De acordo com a Resolução CNS 466/12, item V, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Ressalte-se ainda o item II.22 da mesma resolução que define como "Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente", em nossa pesquisa você poderá se sentir constrangido com as perguntas de nossa pesquisa, com receio de que outras pessoas poderão ter acesso aos seus dados, e também caso tenha insegurança sobre o que responder durante a entrevista. Contudo, os pesquisadores procurarão deixar os participantes seguros, ou seja, enfatizar que se trata de uma pesquisa que apesar da identificação do seu nome na entrevista. Cabe a pesquisadora conhecer a política de privacidade das ferramentas utilizadas quanto a coleta de informações pessoais e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a assegurar os aspectos éticos. Nessa direção, foi estritamente seguida a premissa da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (abrangendo os dados digitais em locais considerados seguros). Então, será destacado, enquanto benefícios aos participantes, o zelo aos dados pessoais de todos os participantes como um dos benefícios dessa pesquisa, priorizando total autonomia nas falas e nos relatos e, paralelamente, garantindo o sigilo de identidade de todos (Brasil, 2018). E ainda para minimizar esta insegurança os pesquisadores afirmarão aos participantes que estas respostas não existem "certo ou errado" o participante só deverá responder e mais nada, e como a entrevista acontecerá de maneira online, os participantes não terão contato com os demais. Sem qualquer prejuízo para o seu atendimento regular no serviço. Também lhe será garantido caso aconteça algo que cause algum dano físico e/ou psicológico ao mesmo, o participante terá direito a assistência integral gratuita pelos possíveis danos causados. Neste sentido, a pesquisadora compromete-se a explicitar todas as etapas/fases da pesquisa, assegurando total confidencialidade. Uma vez que após a coleta de dados, todos os dados serão baixados e gravados num documento individual do pesquisador e apagado do drive não ficando nada em nuvem.

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP      **Município:** SAO CARLOS      **CEP:** 13.565-905  
**Telefone:** (16)3351-9685      **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Página 09 de 12



Continuação do Parecer: 6.526.863

**Benefícios:** Como benefícios, iremos elucidar a todos os sujeitos da pesquisa que sua participação eventualmente: a) somaria com sua aprendizagem e/ou aprimoramento teórico e prático sobre o cenário da extensão com abordagem da acessibilidade na Educação Superior; b) contribuiria na promoção direta ou indireta na qualidade digna de vida no cotidiano da universidade, bem como na formação inicial a partir do respeito aos direitos civis, sociais, morais, éticos, ambientais e culturais e; c) teria custo monetário zero de gasto com equipamentos por parte dos sujeitos da pesquisa sobre sua participação.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Agradecemos as providências e os cuidados tomados pelos pesquisadores ao apresentarem a 2ª versão do protocolo de pesquisa ao CEP da UFSCar. Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente n. 6.424.450 emitido pelo CEP em 11 de Outubro de 2023..

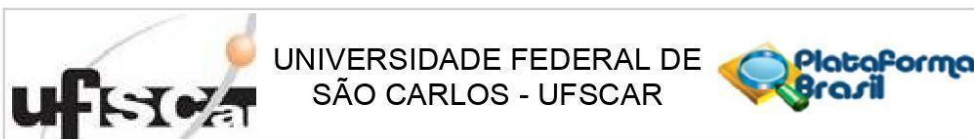
Seguem abaixo as pendências listadas no parecer anterior do CEP e seu status (atendida, não atendida, parcialmente atendida).

**Pendência 1:** A pesquisadora não esclarece como os participantes "discente ou egresso do curso de educação física" serão selecionados e o procedimento a ser adotado para a obtenção do consentimento livre e esclarecido, bem como, o formato de registro ou assinatura do termo que será utilizado. Vide as orientações da Conep sobre PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL. Este documento pode ser acessado na página do CEP UFSCar: <http://www.propq.ufscar.br/etica/cep> (Pendência Atendida)

**Pendência 2:** No TCLE deve constar a forma de armazenamento dos dados oriundos das coletas, conforme as determinações da Resolução No. 510/2016: IV - manter os dados da pesquisa em

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.565-905
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9685	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br

Página 10 de 12



Continuação do Parecer: 6.526.863

arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. (Pendência Atendida)

Pendência 3: No TCLE deve constar a garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa, conforme as determinações da Resolução No. 510/2016. (Pendência Atendida)

Pendência 4: Embora não sejam previstos gastos diretos decorrentes da pesquisa, solicita-se que seja inserido no referido documento o direito ao ressarcimento de eventuais gastos com a participação na pesquisa, desde que comprovados, de acordo com a Resolução CNS 510/2016: "Art. 17. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo: VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver". (Pendência Atendida)

Pendência 5: TCLE - termo de consentimento livre e esclarecido deve respeitar os preceitos éticos conforme determina Resolução CNS 510/2016, com páginas numeradas de forma sequenciada da primeira até a última folha. (Pendência Atendida)

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.565-905
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9685	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br

Página 11 de 12

Continuação do Parecer: 6.526.863

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2200912.pdf	19/10/2023 19:43:27		Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1.pdf	19/10/2023 19:43:09	LARISSA DE MELO CARDOSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_versao1.pdf	18/10/2023 17:15:57	LARISSA DE MELO CARDOSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_versao1.pdf	18/10/2023 17:15:25	LARISSA DE MELO CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Larissa_assinado_assinado.pdf	06/09/2023 01:12:05	LARISSA DE MELO CARDOSO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 23 de Novembro de 2023

Assinado por:

Sonia Regina Zerbetto  
(Coordenador(a))

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br